

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO

ESCOLA DE GOVERNO PROFESSOR PAULO NEVES DE CARVALHO

Programa de Pós-graduação em Administração Pública

**O PAPEL DAS RELAÇÕES COMUNITÁRIAS NA REDUÇÃO DA
CRIMINALIDADE: um estudo de caso da Rede de Vizinhos Protegidos**

Corinne Julie Ribeiro Lopes

**Belo Horizonte
2010**

Corinne Julie Ribeiro Lopes

**O PAPEL DAS RELAÇÕES COMUNITÁRIAS NA REDUÇÃO DA
CRIMINALIDADE: um estudo de caso da Rede de Vizinhos Protegidos**

Dissertação apresentada ao VI Programa de Pós-graduação em Administração Pública – ênfase em Gestão Social da Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho - Fundação João Pinheiro, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Gestão Social.

Orientador: Prof. Msc. Wagner Barbosa Batella

**Belo Horizonte
2010**

Corinne Julie Ribeiro Lopes

O papel das relações comunitárias na redução da criminalidade: um estudo de caso da Rede de Vizinhos Protegidos

Dissertação apresentada ao VI Programa de Pós-graduação em Administração Pública – ênfase em Gestão Social da Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho - Fundação João Pinheiro, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Gestão Social.

Prof. Msc. Wagner Barbosa Batella (Orientador) – UNESP

Belo Horizonte, março de 2010.

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, Prof. Msc. Wagner Barbosa Batella, pela excelência profissional com que conduziu a orientação deste trabalho e pela amizade e admiração que permitiram que este trabalho fosse feito com muito carinho e esforço pessoal.

Ao meu noivo, André Henriques Bueno, que, além de ter me ajudado a superar as angústias enfrentadas neste percurso, caminhou comigo e soube respeitar os momentos em que precisei me dedicar a este trabalho.

A todos os entrevistados, bem como a outras pessoas, que tornaram este trabalho possível.

RESUMO

Esta monografia realizou um estudo sobre o papel das relações comunitárias na redução da criminalidade. Seu objetivo foi verificar as contribuições das relações comunitárias na redução da criminalidade. Para tanto, foi realizado um estudo de caso do Programa Rede de Vizinhos Protegidos, programa da Polícia Militar de Minas Gerais, onde foram realizadas entrevistas a lideranças locais, tais como lideranças comunitárias, representantes de igrejas, representantes de escola, além de outros moradores; coleta de dados sobre a criminalidade, bem como sobre a Rede de Vizinhos; e coleta e seleção de reportagens sobre a Rede de Vizinhos Protegidos, dos locais estudados, veiculadas desde o seu surgimento. Os resultados mostram que a Rede de Vizinhos é um instrumento importante na construção do combate à criminalidade.

Palavras-chave: Relações comunitárias. Combate à criminalidade. Rede de Vizinhos Protegidos.

ABSTRACT

This dissertation made a study about the community relationship role on the criminality reduction. The aim of this study is to verify the community relationship contribution on the criminality reduction. To demonstrate it, was made a case study of the Rede de Vizinhos Protegidos program, a program from the Minas Gerais State Police, where it was made interviews; applied questionnaires to local leaders, like community leaders, church representative, school representative, as well other residents; collection of criminality informations, as well Rede de Vizinhos informations; and collection and selection of Rede de Vizinhos Protegidos reports, of the places studied, showed since it's creation. The results shows that the Rede de Vizinhos is an important instrument on the construction of criminality fight.

Key-words: Community relationship. Criminality combat. Rede de Vizinhos Protegidos.

LISTA DE ABREVIATURAS

P. – Página

LISTA DE SIGLAS

UNESP – Universidade Estadual Paulista

CONSEP - Conselhos Comunitários de Segurança Pública

GEPAR - Grupo Especializado em Policiamento de Área de Risco

PUC - Pontifícia Universidade Católica

PMMG - Polícia Militar de Minas Gerais

ONU - Organização das Nações Unidas

SECOM - Secretaria de Comunicação do Estado

UMEI - Unidade Municipal de Educação Infantil

SEDS -Secretaria de Estado de Defesa Social

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	09
2. ANTECEDENTES E PRESSUPOSTOS DO ESTUDO.....	11
2.1 Problema.....	11
2.2 Hipóteses.....	11
2.3 Objetivos.....	11
2.3.1. <i>Objetivo geral</i>	11
2.3.2 <i>Objetivos específicos</i>	12
2.4 Justificativa.....	12
2.5 Estrutura do trabalho.....	13
3. REFERENCIAL TEÓRICO.....	14
3.1 A comunidade e as relações comunitárias.....	15
3.2 A importância do capital social para a construção das comunidades.....	17
3.3 Criminalidade e teorias criminológicas diante da perspectiva do controle social.....	19
3.4 Rede de Vizinhos Protegidos, aspectos teóricos e práticos.....	21
4. METODOLOGIA.....	32
4.1 Referencial metodológico.....	33
4.2 Critérios de escolha das redes e suas caracterizações.....	34
4.3 Levantamento e tratamento dos dados.....	35
5. ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	38
5.1 Território.....	39
5.2 Rede.....	41
5.3 Capital Social.....	42
5.4 Relações comunitárias.....	43
5.5 Sensação de segurança.....	44
5.6 Controle social.....	46
5.7 Polícia e comunidade.....	47
5.8 Espaços de convivência.....	48
5.9 Criminalidade.....	50
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	53
REFERÊNCIAS.....	56
ANEXOS.....	59

1. INTRODUÇÃO

A partir de um trabalho realizado em mediação comunitária na Pedreira Prado Lopes, percebeu-se e, ao mesmo tempo, despertou-se a curiosidade em avaliar como uma comunidade possui o poder de mudar sua história ou permanecer num estado de conformismo com as situações pelas quais passa. Desta forma, passou-se a perceber a própria comunidade como um dos principais componentes para se trabalhar várias questões de ordem pública. Para não se perder na infinda discussão das várias questões de ordem pública, o recorte para este trabalho se dará na questão da redução da criminalidade.

A atualidade da questão da criminalidade é inquestionável. Nunca se falou tanto em criminalidade quanto nos dias atuais. Essa é, inclusive, uma das questões que mais preocupa os brasileiros e sobre a qual recaem, frequentemente, políticas públicas. Nesse sentido:

Segurança pública converteu-se recentemente num dos principais temas na campanha eleitoral para as prefeituras, quando das eleições de 2000. Quase todos os candidatos nos municípios de grande porte apresentaram propostas sobre o tema, normalmente relegado ao segundo plano nessas ocasiões; diversas pesquisas de opinião pública revelaram que a criminalidade, ao lado do desemprego, são as maiores preocupações do eleitorado, e os prefeitos não poderiam ficar alheios ao problema (SENTO-SÉ, 2005, p.48).

Ao mesmo tempo em que a questão seja atual, ainda são insuficientes as respostas a ela. Apesar de há alguns anos já se ter percebido que o problema da criminalidade não é um problema que deva ser tratado somente em âmbito policial, tímidas são as iniciativas que escapam desta abordagem. Restringindo-se esse problema às instituições policiais, pequenos são os resultados satisfatórios ou, quando o são grandes, isso se faz a um grande custo à sociedade civil. Deste modo, há que se criar alternativas para lidar com a redução da criminalidade. Acredita-se que trabalhar a comunidade seja uma alternativa bastante eficaz, pois ela é um dos principais componentes na solução de seus problemas.

Algumas iniciativas, neste sentido, de utilização da própria comunidade como censora e conseqüente redutora da criminalidade já ocorrem, naturalmente, como nas longínquas montanhas da Ruanda, onde existem gritos de guerra para sinalizar perigo e isso implica um dever para a comunidade, que pode ser punida caso não se manifeste. Outras iniciativas ocorrem por necessidade social, como o Apitaxo em Pernambuco e a Rede de Vizinhos Protegidos em Minas Gerais. Por estar inserido na realidade de Minas Gerais, este trabalho terá como enfoque esta última experiência descaminada. Para comprovar a hipótese de que as relações comunitárias têm um importante papel na redução da criminalidade, estudar-se-á a

Rede de Vizinhos Protegidos, programa implantado há quase quatro anos, que alia solidariedade à segurança e que é realizado por meio de uma parceria entre Associações de Bairro e a Polícia Militar de Minas Gerais, abrangendo, atualmente, mais de cinco mil famílias.

2. ANTECEDENTES E PRESSUPOSTOS DO ESTUDO

2.1 Problema

Como as relações comunitárias contribuem para a redução da criminalidade?

2.2 Hipóteses

Acredita-se que, na construção de relações comunitárias, a sensação de pertencimento seja uma das determinantes. Assim sendo, as relações de cuidado, relações essas estabelecidas a partir de vínculos comunitários, são muito importantes, constituindo uma antítese à violência. Além disso, fracas relações comunitárias fragmentam o controle social, abrindo espaço à criminalidade. Neste mesmo viés, a existência de espaços de convivência minimiza a incidência da criminalidade. Por tudo isto, a construção de capital social é um fator desestimulador da criminalidade.

2.3 Objetivos

2.3.1 Objetivo Geral

Pretende-se verificar, neste trabalho, as contribuições das relações comunitárias na redução da criminalidade.

2.3.2 Objetivos Específicos

- Identificar e analisar algumas das comunidades em que o programa Rede de Vizinhos Protegidos aconteça;
- descrever e avaliar quais são os fatores que podem fomentar coesas e consolidadas relações comunitárias;
- identificar e criticar, construtivamente, os obstáculos que impeçam a construção de relações comunitárias coesas;
- problematizar a questão do território enquanto um fator determinante para a construção de comunidades;
- identificar quais são as características das relações comunitárias que lhe permitem influir na redução da criminalidade.

2.4 Justificativa

A partir da percepção de que a relação escalada da criminalidade e a timidez de respostas efetivas pelo Poder Público é algo importante a ser considerado pelos estudiosos da segurança pública, o presente estudo faz-se justificado.

Em segundo lugar, é também justificativa do presente trabalho, o fato de que é preciso pensar a segurança pública de uma maneira mais cidadã e participativa pois, além de norma constitucional, há iniciativas inovadoras, neste sentido, que vêm dando resultado.

Uma destas iniciativas, a Rede de Vizinhos Protegidos, é um programa sobre o qual muito pouca coisa foi escrita. Logo, a terceira justificativa é que este programa, que será estudado e cujos resultados parciais serão expostos, neste trabalho, seja melhor entendido, haja vista, ser uma inovação no pensamento da segurança pública, que pode ser uma aposta nesta área.

Por fim, há ainda um propósito no trabalho, que motivou a autora ao estudo, que é de caráter pessoal. Por trabalhar com prevenção à criminalidade, a autora sempre pensou alternativas viáveis de promoção de uma segurança cidadã, onde as pessoas não contassem somente com a polícia, mas com suas relações comunitárias, haja vista, serem estas as pessoas as mais próximas quando ocorre um fato que abala sua segurança. Sendo assim, a autora

encontrou no presente programa, algo de compatível com seu pensamento e que pode ser uma alternativa à forma tradicional de se pensar segurança pública.

2.5 Estrutura do trabalho

Pensando numa forma didática de estruturação do trabalho a ser apresentado, o mesmo será dividido em 4 capítulos, além da introdução e das considerações finais.

No presente capítulo 2, são apresentados os antecedentes e pressupostos do estudo, entendendo-se, aqui, como partes fundamentais deste capítulo a apresentação do problema, suas hipóteses, objetivos – geral e específico e a justificativa do trabalho a ser realizado.

No capítulo 3, serão apresentados os conceitos e teorias que nortearão o trabalho; basicamente, três termos serão destrinchados, quais sejam, comunidade, criminalidade e Rede de Vizinhos Protegidos. Além de apresentá-los, este capítulo se propõe a fazer uma fundamentação teórica e conceitual destes termos. A proposta destes capítulos não é tão somente apresentar estes conceitos e teorias, mas tratá-los em suas especificidades e detalhes. Neste capítulo, o programa Rede de Vizinhos Protegidos é introduzido em seus aspectos teóricos e práticos, norteados o leitor sobre o que seja esta iniciativa inovadora na segurança pública.

No capítulo 4, será apresentada a metodologia do trabalho. Partindo do pressuposto de que para trabalhar os conceitos de comunidade e criminalidade foi escolhido o Programa Rede de Vizinhos Protegidos, este capítulo propõe-se mostrar como foi efetuada a escolha das redes estudadas, bem como a metodologia de todo o resto do trabalho.

No capítulo 5, serão analisados os resultados da pesquisa realizada, aliando-se aos resultados práticos do Programa, os conceitos e teorias norteadoras já expostas no capítulo 3.

Para fechar o trabalho, são apresentadas as considerações finais, onde estão sintetizadas as ponderações da autora, dentre elas, apontamentos e direcionamentos para pesquisas futuras. O trabalho inclui, ainda, referências bibliográficas, apêndices e anexos contendo fotos, modelos de formulários, e entrevistas sobre o Programa Rede de Vizinhos Protegidos.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

Ao longo dos anos, o termo “comunidade” foi sendo revestido de vários sentidos, destacando aquele atrelado à idéia de território, que vem sendo diluído diante das inovações sociais com que se tem deparado. As fronteiras sociais já não são as mesmas; a comunicação global já é uma realidade e diante disso, comunidades são, inclusive, virtuais.

Nunca, em toda a história, tivemos tantas concentrações urbanas com a inacreditável densidade populacional como as que temos atualmente; esses exorbitantes adensamentos urbanos vêm perdendo, pouco a pouco, os contornos de uma comunidade e transformando-se em meros agrupamentos. Assim, em inúmeras regiões – não importando o tamanho da cidade, e sim, a ruptura social, estamos muito próximos do limite da suportabilidade, dentro de uma forçada convivência, com contínuos confrontos de complexas e difusas necessidades, carências e ganâncias (CORTELLA, 2008, p.71).

Segundo Silva (2004), há toda uma trajetória teórica para se entender este conceito. Comunidade não significa pobreza, mas, identidade. Partindo da primeira apresentação sociológica do termo, que foi construída por Ferdinand Tönnies, que o definiu em oposição ao conceito de sociedade, passando por MacIver e Page, que acrescentaram ao termo, o princípio da cooperação, chega-se ao conceito de Espinas, com o qual se irá trabalhar. Este conceito define a comunidade enquanto “grupos sociais do ponto de vista geográfico” (SILVA, 2004, p.30)

Apesar de toda essa inovação, a referência da comunidade enquanto atrelada ao território ainda é, culturalmente, um lugar comum. E por ser desta maneira, manter-se-á um dos tradicionais sentidos do termo “comunidade”. Apesar desta comum vinculação com o território, o termo “comunidade” será trabalhado, no presente estudo, num viés sociológico.

Além disso, é preciso que se entenda em que sentido o termo “relações comunitárias” será utilizado. As relações comunitárias podem se dar de diversas formas: como relações entre moradores, entre moradores e poder público, além de moradores e instituições que compõem a rede social local. O termo, aqui, será entendido como restrito às relações entre moradores de uma mesma comunidade, o que será, inclusive, problematizado. Ainda neste viés de discussão, será explorada a questão do capital social.

No que tange à criminalidade, há que se considerar que este é um fenômeno complexo e multifacetado que abrange vários fatos sociais. Diante desta perspectiva, e para fins didáticos, o crime, apresentado nos códigos e legislações penais, é tipificado e codificado em categorias. “Os crimes contra a pessoa, bem como os crimes contra o patrimônio são

exemplos dessa codificação, amplamente aceita em instituições formais, como a polícia, pela maior facilidade na produção de estatísticas e na destinação de políticas públicas” (BATELLA, 2008). Como os exemplos que serão tratados ao longo do trabalho perpassam a redução da criminalidade em várias de suas codificações, não se irá ater o termo “crime” a determinada codificação, mas trabalhá-lo em sua total abrangência.

Ademais destes conceitos, que formam a principal base teórica do trabalho, será trabalhada ainda a teoria criminológica da desorganização social, de Shaw e MacKay, com seus inúmeros desdobramentos (outras teorias mais avançadas), que entende que:

em um primeiro momento, o processo desordenado de urbanização e a pobreza geram a desorganização social (concentração de desvantagens econômicas e estruturais, altas taxas de rotatividade residencial e heterogeneidade étnica). Esta desorganização, como demonstra Kornhauser (1978), por sua vez, diminui a integração e a coesão existentes entre os membros de uma comunidade, o que acaba acarretando o baixo poder de manter um controle social efetivo sobre o comportamento dos indivíduos e, conseqüentemente, sobre o surgimento do crime (NASCIMENTO, 2004, p.23).

3.1 A comunidade e as relações comunitárias

De um mundo pré-pacto social, onde há impossibilidade da vida em comum, até a existência deste pacto, com a construção de laços humanos, foi-se delineando um conceito de comunidade.

Embora se possa atribuir ao termo um passado bastante remoto, fazendo referência até mesmo ao pacto social dito por Jean Jacques Rousseau¹, no século XVIII, esse é um termo em constante evolução – por ter seu uso amplamente difundido - que nos põe a pensar qual o seu sentido real adequado às distintas realidades às quais se apresenta. Pode-se ainda, além de se pensar no histórico que o permeia, abordar o conceito de comunidade sob diversos aspectos semânticos. Para que este trabalho possa ser focado na questão da dinâmica da criminalidade e possa atingir os propósitos a que se destina, irá ater-se à abordagem sociológica do termo.

Foi Ferdinand Tönnies citado por Silva, (2004, p.26) quem primeiro definiu o termo, numa perspectiva sociológica, em oposição ao conceito de sociedade. Através das distinções que fez das vontades humanas, como sendo orgânicas e refletidas, associadas, respectivamente, à comunidade e sociedade, pôde dizer que a separação de ambos os conceitos só poderia ocorrer no nível da ação individual. Vontade humana orgânica é aquela

¹ Rousseau apregoa que o homem, a fim de impedir que o gênero humano percesse, uniu suas forças a outros homens compondo o contrato social, base de uma comunidade (ROUSSEAU, 1762).

que direciona qualquer ação humana, sendo direcionadora do comportamento. Já a vontade humana refletida é um produto do pensamento, conduzida a um objetivo. Nesta perspectiva, a comunidade seria o local da identidade coletiva, onde há predominância da vontade orgânica formadora de um grupo durável, baseado na compreensão e no conhecimento profundo uns dos outros, enquanto que a sociedade seria o local da predominância da identidade individual, onde prevalece a vontade refletida, com formação de grupos passageiros, resultantes da justaposição de sujeitos independentes.

Neste sentido, Wirth citado por Silva (2004, p.26) corrobora a metáfora da figura de um organismo vivo, ressaltando o aspecto ecológico da comunidade, caracterizando a comunidade como uma distribuição de homens, instituições e atividades situadas numa base territorial, marcada pela convivência íntima baseada no parentesco e na interdependência orgânica e pela correspondência mútua de interesses. Interessante observar que, já aqui, aparece o critério da territorialidade, critério que, neste trabalho, será fundamental para definir a espacialidade das relações tratadas. Essa espacialidade não é delimitada administrativa ou politicamente, ainda que sofra suas influências, mas, principalmente, pela interdependência que existe entre as pessoas que a compõem sobre o ponto de vista econômico e social.

Complementando o conceito, pode-se pensar ainda nos aspectos cooperativos introduzidos por MacIver e Page (1973) que dizem de uma busca por um conjunto de interesses comuns, bem como do envolvimento do princípio de cooperação.

Weber citado Silva (2004, p.28) condiciona, ainda, a existência da comunidade a uma reciprocidade nas ações cujas referências são traduzidas num sentimento comum de formar um todo. Diferencia-a de sociedade, entendendo que esta inspira-se numa compensação de interesses por motivos racionais, sendo que a primeira – comunidade – inspira-se no sentido subjetivo (afetivo ou tradicional) dos membros componentes do todo.

Resumindo, o que tipifica uma comunidade é o tipo de relação interna entre seus indivíduos, permeada por uma identificação subjetiva e emocional com o conjunto. Na prática, a comunidade torna-se uma manifestação específica da sociedade.

Apesar das inúmeras mudanças sofridas por ordem das ocorrências contemporâneas, a comunidade ainda hoje se baseia em princípios de coesão de seus elementos constitutivos, mantendo-se unida. A literatura reconhece que os processos de urbanização, burocratização e secularização levaram a uma redução drástica da vida comunitária, o que dificulta a sua caracterização.

Nunca, em toda a história, tivemos tantas concentrações urbanas com a inacreditável densidade populacional como as que temos atualmente; esses exorbitantes adensamentos humanos vêm perdendo, pouco a pouco, os contornos de uma comunidade e transformando-se em meros agrupamentos. Assim, em inúmeras regiões – não importando o tamanho da cidade, e sim, a ruptura social – estamos muito próximos do limite da suportabilidade, dentro de uma forçada convivência, com contínuos confrontos de complexas e difusas necessidades, carências e ganâncias.

Há uma imensa diferença entre agrupamento e comunidade; esta pressupõe partilha de interesses e cuidado protetor mútuo, enquanto aquele resume-se a uma simples agregação de pessoas com raros objetivos coletivos comuns, pontuado por sinais de um filantropia que, no mais das vezes, por ser calculista e interesseira, beira o cinismo utilitarista (CORTELLA, 2006, p.71).

Ainda que haja esses elementos que dificultem a sua caracterização, fato é que a comunidade é permeada por relações entre subjetividades distintas e singulares. Essas relações podem se dar para a prática de criminalidades, bem como para a prática de uma cultura de paz, de uma vida cívica. Pensando nessa comunidade cívica, fundamento deste trabalho, introduz-se, a seguir, o pensamento de Putnam.

Segundo Putnam (2002), a comunidade cívica se caracteriza por cidadãos atuantes e imbuídos de espírito público, por relações políticas igualitárias, por uma estrutura social firmada na confiança e na colaboração.

3.2 A importância do capital social para a construção das comunidades

Além de trazer à tona, a discussão sobre comunidades cívicas e não-cívicas, Putnam lança mão do conceito de capital social para dizer da sua importância na construção de comunidades cívicas.

Discussão iniciada por Tocqueville, citado por Gomes (2005, p.15), ainda que este não o tenha conceituado, o que mais tarde veio a ser chamado capital social começou como uma mescla de um engajamento cívico existente à época das comunas americanas (período em que se deu a colonização britânica dos Estados Unidos) e o associativismo observado através da capacidade de auto-organização para resolução de problemas ou para simples convívio social.

Em 1916, conforme Putnam (2002, p.4), L.J. Hanifan cunhou o termo capital social “ao justificar a importância do envolvimento comunitário para sustentar a democracia e o desenvolvimento” (GOMES, 2005). Pela primeira vez, pôde-se dar um outro sentido ao termo “capital”, que agregado ao termo “social”, compôs-se um otimizador das relações sociais. Agregou valor às relações e ajudou os pensadores da época a entender que o tipo de relação

que se tem com o próximo pode fomentar a auto-estima, bem como satisfazer as necessidades sociais dos indivíduos enquanto comunidade.

Além destas referências, Jane Jacobs é uma importante figura na discussão do presente tema. Urbanista e ativista política canadense, Jane escreveu o livro “Morte e vida de grandes cidades”, onde trata, com propriedade o termo “capital social”, desenvolvendo-o enquanto conceito, contextualizando-o na vida da cidade, na vida em comunidade.

Jacobs (2000) utilizou o termo em 1960 para enfatizar o valor coletivo de laços informais de vizinhanças nas metrópoles, tornando estas localidades onde esses laços se desenvolvem mais “vivas”, ou em uma expressão da autora, transformando estas localidades em “entidades reais”. A autora investiga o processo de formação do “ser social” ou “entidade social” e considera que para formação deste é necessário que um pequeno número de pessoas estabeleça ligação em relação ao todo presente em uma dada comunidade. Estas pessoas seriam responsáveis pela trama do tecido social produzindo, assim, capital social. Entretanto, estas pessoas precisariam de tempo para descobrir umas às outras e investir em uma colaboração proveitosa. Uma vez estabelecidas estas relações tenderiam a expansão.

O fortalecimento destes vínculos entre vizinhos reforçaria as relações de confiança e reciprocidade impactando positivamente na presença de capital social, à medida que redes adormecidas de engajamento dos indivíduos em questões comunitárias são reativadas (GOMES, 2005).

Vislumbrando a barbárie que tomou conta das ruas ou do imaginário popular, a autora defende que as pessoas sentem-se inseguras ainda que não haja registro de vários casos de violência; por consequência, usam menos as ruas, o que as torna ainda mais inseguras.

Defende ainda que a segurança pública – por ela denominada, ordem pública – não é mantida essencialmente pela polícia, embora entenda a importância de seu papel. Neste sentido, a autora acredita que esta ordem seja “mantida fundamentalmente pela rede intrincada, quase inconsciente, de controles e padrões de comportamento espontâneos presentes em meio ao próprio povo e por ele aplicados” (JACOBS, 2000).

Pois bem, agregando à comunidade o capital social, fato fundamental para o desenvolvimento de uma sadia e cidadã comunidade, pode-se concluir, para fins de estudo a ser realizado pelo presente trabalho, que uma comunidade é composta dos seguintes fatores:

- identidade coletiva e durável, baseada na compreensão e no conhecimento profundo de uns com os outros;
- território;
- busca por um conjunto de interesses comuns;
- envolvimento do princípio de cooperação;

- inspiração no sentido subjetivo (afetivo ou tradicional) dos membros componentes do todo.

São ainda aspectos das relações comunitárias que compõem uma relação cívica a participação cívica, igualdade política, solidariedade, confiança e tolerância. Como se chegar a esses elementos?

Diante do que foi visto, pode-se perceber que o que se encontra no emaranhado das nossas cidades, hodiernamente, na grande maioria das vezes, são agrupamentos de pessoas que entoam uma diversidade de vozes. Esses agrupamentos refletem o espaço urbano onde estão situados, que, apesar de ser o mesmo, é composto por diversas individualidades, necessidades das mais variadas, visão de mundo plurifacetada, com interesses econômicos e políticos que podem ser antagônicos. O que pode, então, convergir essas pessoas tão diversas, a fim de que constituam uma comunidade cívica? A redução à criminalidade pode ser um dos pontos de convergência.

3.3 Criminalidade e teorias criminológicas diante da perspectiva do controle social

A criminalidade, apesar de ser um tema bastante corriqueiro, é multifacetado e pode ser abordado, assim como o termo comunidade, sob vários aspectos. Pluridimensional, a abordagem científica do estudo do crime, a criminologia desdobra-se em várias tipologias. Dentre elas, o trabalho irá se ater às seguintes teorias, quais sejam, as teorias ecológicas do crime, com seus desdobramentos na teoria das oportunidades, e na teoria da desorganização social.

Esta vertente, também conhecida como criminologia ambiental, foca o estudo dos eventos criminosos em quatro dimensões confluentes na construção de uma síntese multidimensional para o entendimento do crime: as leis específicas (de punição, bem como define quais atos são proibidos), o ofensor (motivos, suas condições socioeconômicas), a vítima (quem seria, as conseqüências e contribuições para esse papel) e o local do evento (espaço-temporal, características físicas e sociais e seus rótulos).

Ou seja, de uma maneira geral, estas teorias não concentram suas explicações em fatores individuais inerentes ao criminoso como dados fundamentais para o cometimento de delitos, mas apontam que os crimes estariam diretamente ligados a fatores ambientais, ou em outras palavras, às características (físicas e sociais) do local em que o criminoso reside. Da mesma forma, as teorias ecológicas também levam em conta as características locais de residência das vítimas em relação às suas chances de vitimização (MARINHO, 2009).

Desdobramento desta teoria, a teoria das oportunidades, pensada por J.Wilson e R.Herrnstein, parte da suposição da racionalidade dos criminosos, ou seja, os criminosos são motivados por alvos que trazem benefícios a um custo menor. Uma de suas abordagens, a abordagem das atividades de rotina (routine activity approach) é uma abordagem criminológica de grande importância dentro da teoria das oportunidades e que será de grande relevância no contexto do trabalho. É importante porque fundamenta o programa Rede de Vizinhos Protegidos e é a base de sua teoria. Segundo esta abordagem, “busca-se explicar a evolução das taxas de crime não através das características dos criminosos, mas das circunstâncias em que os crimes ocorrem” (MARINHO, 2009). Desta forma, entende-se o crime como um triângulo, cujas pontas são o ofensor, o alvo e a ausência de guardiões.

Partindo da premissa de que o crime possui esses três pilares, que são cumulativos, revestidos no programa enquanto oportunidade dada pela vítima – vítima em potencial, a ausência da polícia no exato momento do delito cumulado ao local apropriado e o desejo do criminoso - o programa investe em um deles, qual seja, na diminuição da oportunidade dada ao criminoso. E, por que não dizer de, ainda, um outro investimento, qual seja, a complementação da polícia por um outro tipo de controle social? Realmente, “as pessoas mais aptas para prevenir crimes são os policiais (que, por sua estrutura de trabalho, raramente, estão por perto – como uma espécie de onipresença - para descobrir os crimes no ato) mas antes os vizinhos, amigos, parentes, transeuntes ou o proprietário do objeto visado” (CLARKE E FELSON, 1993, p.3). Não é só a polícia que faz policiamento, apesar de toda polícia fazer policiamento, a comunidade é um importante mecanismo indireto de controle social.

A complexidade da criminalidade é tamanha que os estudiosos do assunto perceberam que é insuficiente tratar a questão somente com uso das forças policiais, ainda que estas exerçam um papel fundamental no tratamento da questão. Pensar um modelo que vai além da repressão, que fomente um novo tipo de gestão e protagonistas políticos originais aptos a ampliar as possibilidades de respostas ao fenômeno da criminalidade.

A última das teorias que congrui com o trabalho e o fundamenta é a da desorganização social que surgiu em meados de 1940, do movimento intelectual da Escola de Chicago. Nesta época, Clifford Shaw e Henry Mckay citados por Nascimento (2004, p. 22) aplicaram um survey na cidade de Chicago que buscava demonstrar a relação estreita existente entre o surgimento de altas taxas de criminalidade e a desorganização social de determinadas

comunidades – bairros pobres e deteriorados de Chicago. Outra relação que conseguiram provar foi a de que esses lugares apresentavam tanto alto índice de rotatividade residencial, quanto uma heterogeneidade étnica. Neste sentido:

Ainda de acordo com Shaw e McKay, esta heterogeneidade étnica e a alta rotatividade residencial impediam que estas comunidades fixassem raízes em seu local de moradia, que estabelecessem um conjunto de valores e representações simbólicas comuns e, conseqüentemente, que desenvolvessem um apreço mínimo pela vizinhança onde viviam. Formava-se nessas comunidades, portanto, um cenário de completa desorganização social, onde os moradores não eram capazes de conceber valores comuns, nem se mostravam aptos a formar um corpo social suficientemente coeso para controlar efetivamente o comportamento de seus membros e, conseqüentemente, impedir o surgimento de altas taxas de criminalidade.

Ou seja, a teoria clássica da “Desorganização Social”, proposta por Shaw e McKay (1942), não propõe a idéia de que a privação econômica gera o crime. Ela propõe a idéia de que, em um primeiro momento, o processo desordenado de urbanização e a pobreza geram a desorganização social (concentração de desvantagens econômicas e estruturais, altas taxas de rotatividade residencial e heterogeneidade étnica). Esta desorganização, como demonstra Kornhauser (1978), por sua vez, diminui a integração e a coesão existentes entre os membros de uma comunidade, o que acaba acarretando o baixo poder de manter um controle social efetivo sobre o comportamento dos indivíduos e, conseqüentemente, sobre o surgimento do crime (NASCIMENTO, 2004, p.23).

Essa teoria, não só foi muito relevante para se pensar a criminalidade, como, a partir de suas críticas, vários frutos teóricos puderam ser colhidos. Dentre eles, pode-se citar, na década de 90, o conceito de eficácia coletiva.

(...) o conceito “Eficácia Coletiva” deve ser entendido como um complexo sistema formado pela coesão social existente entre os membros de uma vizinhança, pela confiança mútua que se estabelece entre seus moradores e pela disponibilidade que estes têm de controlar o comportamento mútuo e agir em prol do bem comum. Trata-se de um processo dinâmico que se manifesta de formas diferentes de uma comunidade para outra e exerce papel fundamental no que se refere ao controle da violência e da criminalidade (NASCIMENTO, 2004, p.29).

É esse processo dinâmico o que determina, em certa medida, a diferença nas taxas de criminalidade e violência e pode ajudar num processo de trabalho comunitário, já que apregoa a manutenção do controle social nas comunidades em que é alto seu índice.

Aprofundando um pouco mais na teoria criminológica da “desorganização social” proposta por Shaw e McKay, Bursik e Grasmick citados por Nascimento (2004, p.25) trabalharam no sentido de qualificar os mecanismos através dos quais a concentração de desvantagens, sejam elas econômicas ou sociais, em uma comunidade poderia ser a mola propulsora de um processo que leva ao aumento das taxas de criminalidade.

Para estes autores:

(...) muito mais do que criar um ambiente criminógeno, a desorganização social provocaria o enfraquecimento de instâncias formais e informais de controle (como família, igrejas, escolas, associações comunitárias e diversas outras entidades

representativas) em determinadas comunidades, o que, por sua vez, diminuiria nestes locais o custo social associado ao cometimento de crimes (NASCIMENTO, 2004, p.25).

Passou-se, com essa abordagem, a dar importância aos mecanismos de vizinhança que teriam a potencialidade de reduzir e controlar o crime e a violência, através do controle social emergente dos laços sociais entre os moradores de uma determinada comunidade.

3.4 Rede de Vizinhos Protegidos, aspectos teóricos e práticos

E se a gente transformasse a cidade grande, numa cidadezinha? Isso é o que propõe o Programa Rede de Vizinhos Protegidos.

Considerando a premissa de que a segurança pública é dever do Estado e de responsabilidade de todos, conforme preceitua o art.144 da Constituição Federal de 1988, o Major Fagundes deu início a um projeto que, hoje, é um dos maiores pilares das ações comunitárias de redução da criminalidade. Ao mesmo tempo que a Polícia Militar se responsabiliza pela segurança, deixa claro que, com a ajuda da comunidade, seu papel se torna muito mais efetivo. Como já foi dito acima, partindo da premissa de que o crime possui três pilares, o programa investe em um deles, qual seja, na diminuição da oportunidade dada ao criminoso, através de cuidados e ações pró-ativas. Além disso, o programa também aposta num resgate da confiança da população na polícia

Como forma de se destacar no cenário brasileiro como um dos precursores de uma necessária política que levasse em conta os territórios concretos² onde residissem as populações a que as políticas sociais metropolitanas devessem estar dirigidas, o Estado de Minas Gerais apropriou-se da filosofia da polícia comunitária e dela tomou forma.

Com a proposta de integrar “as múltiplas modalidades das práticas policiais orientadas para a prevenção e solução de problemas a partir de ações locais” (HENRIQUES, 2007, p.3), e tendo por substrato teórico uma doutrina manifestada desde o período do pós-guerra nos Estados Unidos e Europa, a idéia da polícia comunitária surge em meados da década de 70. Nesse sentido,

Diversos autores destacam como precursoras as experiências norte-americanas das décadas de 60 e 70, que tinham como objetivos obter confiança da população na polícia e, através da cooperação das comunidades, prevenir as oportunidades para

² Considerando que essa territorialização deva ser detalhada em recortes que diferenciam bairros e distritos, ou seja, necessariamente, intra-urbano, pois isto “aumentaria a eficiência da política em termos de um direcionamento mais adequado de recursos e também contribuiria para combater os efeitos sociais negativos associados às localidades das altas concentrações de famílias pobres” (MARQUES E TORRES, 2004, P.36)

que os crimes sejam cometidos, onde a função do policiamento não fosse apenas de combater o crime, mas também de garantir direitos democráticos dos cidadãos e reduzir a sensação de insegurança (Moore, 2003). Isso implica uma participação do público no planejamento e supervisão das operações policiais, na crença de que uma resposta ideal à questão da segurança pública depende do conjunto de soluções locais e de que o público pode ser “co-produtor da segurança e da ordem, juntamente com a polícia” (BAYLEY & SKOLNICK, *apud* HENRIQUES, 2007, p.3).

No Brasil, esta discussão foi travada na década seguinte:

No Brasil, o Policiamento Comunitário teria iniciado quando uma Comissão de Políticos se reuniu no início dos anos 80, com a intenção de estudar a possível separação da Polícia com as Forças Armadas.

Esta Comissão, conhecida como Afonso Arinus, propunha além da desmilitarização das Forças Policiais, uma maior interação e envolvimento destas, com a Comunidade. Acreditava-se que, ao conhecer os problemas e os anseios de uma determinada comunidade, prestar-se-ia um serviço de melhor qualidade.

Em 1985, surgiram Conselhos Comunitários de Segurança nos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro, e nesta mesma época, projetos que falavam de Polícia Comunitária, surgiram em diversas cidades, como em Ribeirão Preto e no próprio Rio de Janeiro.

Em toda a década de 80, aconteceu um grande intercâmbio entre profissionais de Segurança do Brasil com o de outros países, destacando-se os E.U.A e Canadá (FAGUNDES, 2008).

Baseando-se nessa proposta inovadora, surgem inúmeras estratégias da Polícia Militar e da Polícia Civil de Minas Gerais, cada qual a seu turno, no sentido de desenvolver um grupo voltado para uma forma diferente de integração policial com a comunidade.

Nesse sentido, a Polícia Civil criou o projeto Mediar, que consiste em atuar dentro de uma perspectiva alternativa de resolução de conflitos quando um terceiro imparcial (mediador policial ou não) administra um procedimento especialmente disciplinado para esse fim.

No que tange à Polícia Militar, esta formulou um “Plano de Polícia de Resultados”, abrangendo o mapeamento da criminalidade por meio de técnicas de geoprocessamento e o atendimento descentralizado às demandas das comunidades no que tange ao âmbito policial, através da criação de Conselhos Comunitários de Segurança Pública (CONSEP); criação do Grupo Especializado em Policiamento de Área de Risco (GEPAR); e a formação de Redes de Vizinhos Protegidos, dentre outros.

Como, a partir do que foi visto, são várias as formas de se fazer polícia comunitária, cada uma com suas peculiaridades e especificidades, dada a temática a que se destina o trabalho, o mesmo irá se ater ao Programa Rede de Vizinhos Protegidos.

Iniciado em junho de 2004, quando o Major Idzel Mafra Fagundes assumiu o Comando da 9ª Companhia da Polícia Militar³, o Programa Rede de Vizinhos Protegidos foi iniciado por este militar, que pouco acreditava em polícia comunitária, mas que, em seu segundo dia de trabalho na companhia foi surpreendido com um caso que lhe intrigou e impressionou muito. Neste dia, foi procurado por um casal que havia sido vítima de um assalto muito violento.

A mulher tinha sido abordada na porta de sua casa por volta das 14h quando seu marido, professor da Pontifícia Universidade Católica (PUC), tinha acabado de almoçar e saído pro serviço. Foi abordada com um pedido de copo d'água; que quando ela foi buscar e voltou, acrescentou-se às pessoas que pediram a água, outras pessoas, totalizando seis pessoas, que entraram em sua casa com um carro. Os assaltantes ficaram em sua casa de 14h até por volta de 18:30, bebendo e fumando maconha, além de fazê-la, e a seu marido, passar por várias más situações – como ameaças de morte com a utilização de um revólver.

Esta mulher tinha um combinado com o marido - percebe-se, aqui, a adoção de procedimentos pessoais de segurança - de que por volta de 16h ele sempre ligava para casa ou para seu celular para saber como ela estava. Como, neste dia, ela não atendeu nenhum dos telefones, e esta rua tinha alto índice de incidência de roubos e assaltos, ele pensou que algo tinha acontecido e foi para casa. Chegando em casa, ele viu que haviam vários equipamentos domésticos e eletrônicos seus na garagem, bem como um outro carro dentro dela, cheio destes equipamentos, e percebeu que estava acontecendo um assalto. Diante disso, ele abriu o portão e entrou pra dentro de casa desesperado para saber o que estava acontecendo. Foi, então, pego pelos assaltantes que estavam lá, que chegaram a agredi-lo e ficaram com ele até por volta das 18h, quando, então, foram embora levando alguns pertences.

O casal procurou a polícia porque queria o apoio da mesma; queria sair daquela casa; estava com medo até de voltar em casa; a situação estava insustentável. Pediu que a polícia fizesse um policiamento momentâneo na área até que ele conseguisse mudar porque ele estava com muito medo de que o pessoal voltasse.

Major Fagundes, tocado pela situação, foi até a residência dos mesmos e teve a idéia de chamar a comunidade para conversar. Bateu, então, numas 60 residências, a maioria era casa, e convidou as pessoas para uma reunião. A essa primeira reunião, que aconteceu neste

³ Essa Companhia da Polícia Militar abrangia, pelo menos à época da realização da pesquisa, 23 bairros como Carlos Prates, Padre Eustáquio, Caiçara, Adelaide, Bonfim, Dom Cabral e Alto dos Pinheiros, Coração Eucarístico, Camargos, Santa Maria, totalizando uma população em torno de 180.000 pessoas.

mesmo dia e teve a duração média de 5h, compareceram 23 pessoas. Qual não foi a surpresa do Major Fagundes quando ficou sabendo que, dentre os presentes, no mínimo três pessoas perceberam que algo de estranho estava acontecendo na casa que tinha sido assaltada. Um dos moradores chamou seu neto para dentro de casa por ter notado algo estranho na residência cerca à sua. A outra, por ter ouvido gritos e choros, achou que a vizinha estava brigando com seu marido e não fez nada e um terceiro morador chegou a perguntar aos assaltantes, o que estava acontecendo: se eles estavam de mudança, o que foi confirmado; mais uma vez, ninguém acionou a polícia. Pode-se perceber, daí, a questão do individualismo, questão tão acirrada nos dias de hoje.

Nesta reunião, foi exposta a teoria das oportunidades, teoria já exposta, neste trabalho, na parte que dispõe sobre a criminalidade e foram ouvidos os moradores, pois, ninguém melhor que eles para saber o que se passa na rua. Além da exposição desta teoria, foram dadas dicas de segurança, como a questão de uma boa iluminação e a necessidade de uma boa tranca. Naquela época estava-se implantando o “Olho Vivo” em Belo Horizonte e o Major Fagundes notou que a criminalidade havia migrado do Centro para aquela região⁴. Se a câmera – máquina - havia reduzido a criminalidade, o que não fariam as centenas de “câmeras vivas”⁵ da comunidade?

Nesta primeira reunião, ficou combinado que seria melhorada a questão da iluminação da rua⁶, as trancas das casas, as pessoas se conheceriam melhor – foi elaborada uma lista contendo alguns dados das famílias presentes, que seria xerocada a todos e cada pessoa seria ouvida com uma sugestão do que poderia ser melhorado na segurança pública -, e os moradores passariam a se vigiar em relação à entrada e saída dos seus – quando não há outras pessoas na casa, são os vizinhos que exerceriam essa função. A partir daquele dia, as reuniões não mais seriam reuniões, mas confraternizações, pois acreditava-se que, assim, as pessoas se tornariam mais amigas umas das outras.

Assim começa o Programa, que após esta primeira reunião, foi denominado de Rede de Vizinhos Protegidos, tendo como objetivos reduzir a criminalidade local, aproximar a comunidade da Polícia Militar, recuperando a sensação de confiança e segurança da

⁴ Foram implantadas 72 câmeras, e, em três ou quatro meses, a redução da criminalidade havia sido de 16%.

⁵ Pessoas que pudessem olhar a rua.

⁶ Jane Jacobs também ressalta a importância de uma boa iluminação. “O valor da iluminação forte nas ruas de áreas apagadas e desvitalizadas vem do reconforto que ela proporciona às pessoas que precisam andar nas calçadas, ou gostariam de andar, as quais não o fariam se não houvesse boa iluminação. Assim, as luzes induzem essas pessoas a contribuir com seus olhos para a manutenção da rua”.

comunidade nesta instituição⁷, criar em cada cidadão o sentimento de participação cidadã na questão da segurança pública – as pessoas iriam cuidar umas das outras -⁸, além de instruir a comunidade sobre procedimentos de segurança e garantir de fato à mesma, sua segurança, fazendo com que ela volte a ocupar espaços públicos comunitários.

Além dos objetivos, vale a pena falar de algumas das justificativas que embasaram o programa. São elas:

- missão da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG)– a Rede de Vizinhos protegidos pode ser um instrumental de efetiva participação da comunidade na promoção de ambientes mais seguros, já que a missão da PMMG é “Proporcionar ambiente seguro em Minas Gerais com a participação das pessoas, proteger a vida, garantir a lei, reduzir o crime e medo do crime”;
- perda do poder pela comunidade – com o individualismo dos tempos atuais e o isolamento, há perda de poder. Com isso, a sociedade fica muito mais à mercê de resultados, deixando de ser sujeito ativo na mudança que se pretende.
- menos vigilância, maior crime – com a ausência das pessoas em espaços comunitários, o que decorre, em certa medida, pela sensação de insegurança das mesmas, esses passam a ser menos vigiados e se tornam potenciais lugares para a prática da criminalidade.
- vida em comunidade – pesquisas têm demonstrado que quanto maior a incidência de criminalidade, menos as pessoas se relacionam, com medo do risco a que possam vir a ficar submetidas, isto resultando na diminuição de capital social e suas consequências – redução da vigilância informal da vizinhança e diminuição da sensação de segurança entre as mesmas.
- redução da qualidade de vida - na busca pela redução de risco a que possam estar submetidas, as pessoas deixam de transitar em determinados lugares e ocupar espaços comunitários de lazer.

O Programa aqui ora apresentado, investe-se de todos os princípios fundamentais que nortearam a Polícia Comunitária no Brasil e no Mundo. Ele representa a participação efetiva da comunidade que subsidia a Polícia com informações diretas, além de orientar os moradores e vizinhos a adotarem uma postura auto-protetora, e baseado também na solidariedade entre estes, a se ajudarem

⁷ Consequentemente, com esta ação, pensava-se diminuir a sensação de insegurança, que sempre distoia dos índices de criminalidade. Enquanto a primeira crescia de maneira muito mais alarmante e preocupante, o segundo apresentava um crescimento mais contido e controlável.

⁸ Primeiro, seria necessário sensibilizá-los para mudassem alguns de seus comportamentos. A intenção era de que as pessoas passassem de vítimas a agentes de segurança.

mutuamente, contribuindo para um ambiente mais seguro, humano, onde a sensação de medo é substituída pela confiança nos órgãos que compõem o Sistema de Defesa Social, e a credibilidade na Polícia Militar, mais especificamente, no policial que trabalha setorizado e passa a ser uma referência para aquelas comunidades.

Como pano de fundo, o policial direta e indiretamente, quando reconhecido pela comunidade passa a ser valorizado por esta, e sua motivação profissional e pessoal naturalmente acontece, resultando em melhoria da qualidade dos serviços prestados (FAGUNDES, 2008).

Acreditando na potencialidade das comunidades e seus membros, aliada à impossibilidade da polícia de estar em todos os lugares, a Polícia Militar de Minas Gerais implementou o programa, que aliava solidariedade e confiança mútua. A Polícia ajudaria, mas a comunidade teria que fazer sua parte.

Os elevados índices de roubo de veículos e a residências da região piloto em que o projeto foi implementado pode ser explicado, em parte, por sua área geográfica, que abrange 6 (seis) dos 10 principais corredores de tráfego da Capital, bem como conta com a presença de instituições de ensino, o que contribui com um grande número de pessoas, assim como de veículos circulando na região.

Diante disso e já introduzindo, um pouco, a implementação do projeto, as seguintes ações são propostas: sensibilizar os moradores de uma dada região⁹, fazer reuniões mais próximas às comunidades que o programa foi implementado – com a participação da PMMG¹⁰, organizar as redes e sub-redes de Vizinhos Protegidos.

Vários moradores foram fundamentais neste processo de implementação; um deles, gerente de banco, sugeriu que se adaptasse o formulário de cadastro de clientes do banco em que trabalhava para que se tornasse um cadastro dos moradores que faziam parte do programa.

Para implementar a primeira ação, foi realizada uma enquete, que se segue:

O que você faz para cuidar, diariamente, da sua segurança e preservar o seu patrimônio? As respostas dadas foram as seguintes:
9% confiam apenas na segurança que o Estado oferece;
23% adotam somente procedimentos pessoais acessíveis;

⁹ Essa sensibilização, no projeto piloto, foi feita com a ajuda da garantia de que a polícia estaria mais presente no bairro, exigindo, como contrapartida das pessoas, que elas se conhecessem umas às outras, bem como fossem mais solidárias e menos cômodas. Estas pessoas deveriam ainda, levar, cada morador, pelo menos, mais cinco pessoas a uma próxima reunião e que pudessem divulgar este projeto a outras pessoas. “O Capitão Fagundes observa que a comunidade também precisa se mobilizar para conseguir ajuda para o bairro.” Se tiver 2 mil pessoas pensando em segurança pública, a criminalidade vai diminuir.” A coronel Luciene ainda afirma que um bairro organizado, onde os moradores se conhecem, fazem reuniões e promovem eventos, inibe a ação de criminosos. Segundo ela, “a solidariedade entre as pessoas é um espanta bandido, gera insegurança em quem pretende cometer um crime no lugar.” (JORNAL MARCO, 2004)

¹⁰ Nessas reuniões são planejadas interações e ações entre moradores e a polícia, bem como discutidas ações de medidas de segurança e apresentados seus bons resultados na comunidade. Este é um espaço de diálogo entre a comunidade e a Polícia Militar; as pessoas devem contar suas experiências.

7% adotam empresas particulares;
60% confiam no Estado e adotam procedimentos pessoais.

Em outra pesquisa, foi formulada a seguinte questão: “Você seria solidário com seu vizinho acionando a Polícia Militar quando necessário?” As respostas foram:

96% disseram “sim”;
2% disseram “não”;
2% não conhecem o vizinho.

Pensando na questão da formação das redes, há que ponderar que vários são os conceitos de rede e várias são suas funções. Para os efeitos do presente trabalho, considerar-se-á rede: o conjunto de pessoas organizadas para executarem ações sistematizadas com o objetivo de coibir a ação de criminosos e garantir a segurança através de informações que seriam repassadas imediatamente à PMMG¹¹, definida assim por Major Fagundes.

De acordo com a estrutura do programa, a rede é formada por conjuntos de moradores da localidade, que são agrupados em laços¹² de até 5 (cinco) residências circunvizinhas¹³. Como a rede é entrelaçada, uma residência poderá pertencer a 2 (dois) laços.

O principal objetivo de cada laço é a integração de todos os componentes para atuação de forma mútua e comprometida.

Para tanto, é necessário que se todos se conheçam, seus contatos e seus hábitos.

Uma rede bem estruturada proporciona condições mais adequadas para discussão de problemas de maior complexidade facilitando a tomada de decisões. (FAGUNDES, 2008)

Depois de se falar em redes, é imprescindível, falar das sub-redes, que é a formação de uma cadeia de contatos de uma residência para outra, a partir destes contatos, a forma de atuação e a forma de comunicação entre as pessoas pode variar de rede para rede. As sub-redes podem ser classificadas em sub-redes de verificação, sub-redes de vigilância mútua, de identificação e de proteção. As primeiras são aquelas que, inicialmente, impulsionam o trabalho; é o estabelecimento dos contatos. As segundas compõem o processo de vigilância, que busca identificar pessoas ou veículos suspeitos¹⁴ – como isso é feito em tempo real, são

¹¹ Por meio do 190 ou por telefones celulares repassados pela própria Companhia, a presença da PMMG é imediata, o que tende a reforçar a relação entre os moradores e a Polícia Militar.

¹² Os laços, para serem formados, necessitam de: definição de seus integrantes; marcação de uma primeira reunião; conhecimento dos vizinhos; compartilhamento com os vizinhos, de seus contatos e seus hábitos; combinação, teste prática e padronização da forma de comunicação entre os mesmos; definição de regras de entrada de pessoas nas residências, bem como do cronograma de reuniões; incentivo à criação de novos laços da rede; repasse das ações para os próximos laços; participação da simulação de emergência com a logística da PM, bem como confiança nesta instituição.

¹³ Apesar de ter experimentado redimensionar o Programa para o âmbito de bairro, o Major Fagundes, após uma malfadada reunião, percebeu que as pessoas não estavam preocupadas com o bairro; estavam preocupadas com a rua.

¹⁴ Algumas pessoas ficam responsáveis por olhar a rua em determinados horários do dia. Isso foi criado com o intuito de despertar a consciência das mesmas, a fim de que elas ficassem mais atentas com a rua, pra que tomassem mais cuidado, pra que comunicassem umas com as outras, pra criar laços entre estas pessoas.

combinados sinais de perigo entre os vizinhos, a fim de que, caso necessário, a polícia seja acionada¹⁵. A terceira, qual seja, a sub-rede de identificação, já por si só se auto-intitula, é o processo de identificação das residências, prédios e ruas que fazem parte do programa – o instrumento de identificação é uma placa (ver fotos em anexo). Por último, as sub-redes de proteção são compostas pelos atos dos moradores de verificação em relação à entrada e saída dos seus¹⁶ – quando não há outras pessoas na casa, são os vizinhos que exercem essa função de proteção.

Desta forma, acreditando na participação cidadã de cada pessoa, acredita-se poder prevenir e reduzir a criminalidade.

Nas palavras do major Fagundes, 2008:

(...) através de pequenas mudanças de comportamento, maior solidariedade entre as pessoas e, conseqüentemente, a adoção do programa aqui referenciado, Polícia Militar e comunidade, conseguiram ao longo dos últimos doze meses reduzir a quase zero todos os índices de crimes nos lugares onde estes foram implementados.

Esta redução, conforme pesquisas realizadas pelos órgãos especializados da Polícia Militar, confirma o acerto na adoção de medidas, o que aumenta a segurança, garante a paz social dos cidadãos de bem, fazendo com que se inverta uma situação muito comum até pouco tempo atrás, o cidadão de bem recluso em sua casa, temeroso de sair às ruas e o cidadão infrator confiante na impunidade, a agir de forma e não raras às vezes, ostensivamente.

Hoje, nos horários vespertinos, já se pode observar, ainda que timidamente, o retornos das pessoas às praças e avenidas, em suas “Caminhadas”, ou apenas conversando ao cair da tarde.¹⁷

Por fim, constata-se que aonde foram implementados os programas, as pessoas já se sentem tranquilas, confiantes e na certeza de um futuro melhor.

Neste mesmo sentido, reportagem veiculada no jornal Hoje em Dia, no dia 30 de setembro de 2004:

Um lado bom: a vizinhança que antes se conhecia de “oi” hoje frequenta a casa uns dos outros, descobrindo afinidades podadas pela correira da vida moderna.¹⁸ E quem chega tarde em casa tem autorização dos demais moradores para serem acordados, se necessário. A PM oferece a logística, se acionada (...) É aquela velha história, explicou Fagundes, sem as mãos dadas fica mais difícil sobreviver em meio a essa selva urbana. Ah! Dentre todas as companhias da PM, aquela conseguiu baixar em 70% o índice de criminalidade na região.

¹⁵ As pessoas participantes deste processo são cunhadas como “Câmeras Vivas” e a polícia, pelo menos, no projeto piloto, poderia ser acionada através de telefones celulares, que ficavam com algumas viaturas da polícia. Jane Jacobs, citada no capítulo 3 deste trabalho também diz da funcionalidade de uma rede de vizinhança bem provida de olhos.

¹⁶ Segundo o Major Fagundes, esse é um momento em que grande parte dos roubos e assaltos acontecem.

¹⁷ O que, segundo a teoria criminológica da desorganização social, pode contribuir para a redução da criminalidade.

¹⁸ Além de reduzir a criminalidade, o Programa se propõe ao fomento do capital social, elemento indiscutível enquanto formação de uma comunidade.

Talvez, esse seja um dos melhores benefícios trazidos pelo Programa. Com o fim de conseguir reduzir os índices de criminalidade, a Polícia Militar fomenta a união e a solidariedade entre as pessoas, aumentando, assim, o capital social existente na mesma. Na sociedade atual, não se constroem mais que muros. Perdeu-se muito da capacidade de contar com o próximo; as pessoas se relacionam com os outros por meio da proteção contra esses outros.¹⁹

Além de reduzir e prevenir a criminalidade, outra importante conquista do Programa é reduzir a sensação de insegurança dos moradores onde o mesmo esteja instalado. Isso é muito importante haja visto um recente relatório divulgado pela Organização das Nações Unidas (ONU), em que o Brasil é apontado como tendo a maior sensação de insegurança do mundo. Segundo este mesmo relatório, a sensação de insegurança atinge 70% dos brasileiros e é a maior do mundo:

A estatística confirma que a cultura do medo do crime e da violência está enraizada na maioria dos países. A pesquisa foi feita em cidades de 35 países desenvolvidos e em desenvolvimento. Os entrevistados responderam à pergunta: sentem-se seguros quando voltam para casa à noite? Os índices mais elevados de medo vieram do Brasil (70%) e o menor índice foi da Índia (13%). Os dez primeiros lugares estão divididos entre países da África (4%) e da América Latina (6%).

O documento ressaltou que o rápido processo de urbanização da cidade resultou no aumento de criminalidade, destacando que em 1999 São Paulo registrou 11.455 assassinatos, 17 vezes mais que Nova York, com 667.

Os números do medo do crime (que é diferente da percepção e reconhecimento da iminência do crime) estão associados à violência da polícia, à sensação de insegurança e aos registros oficiais de violência e mortes, assuntos frequentes nos jornais e noticiários. (REUTERS, 2007)

Desde a sua implantação alguns resultados já puderam ser colhidos. Na primeira semana de funcionamento, o Major Fagundes já tinha sido acionado por uma das vizinhas de uma pessoa que havia sido abordada. Como o resultado deste acionamento ocorreu a prisão de todos os 6 (seis) assaltantes envolvidos no crime, no outro dia, a rua inteira procurou o Major Fagundes querendo fazer parte da Rede de Vizinhos Protegidos. Diante disso, as reuniões começaram a acontecer com cerca de 90 pessoas ou mais. As pessoas se envolveram; todo mundo dava opiniões, idéias e aprendeu a cuidar de sua segurança.

Num outro episódio, uma moradora notou a presença de um veículo parado nas imediações de sua casa com duas pessoas dentro, por mais de uma hora; acionou a polícia, que os abordou, um deles estava armado e a outra pessoa era fugitiva.

¹⁹ “Como acontece em todas as sociedades nas quais a diferença entre ricos e pobres é um abismo intransponível, o Estado brasileiro pode ser considerado, tanto do ponto de vista histórico quanto atual, protetor da elite contra a ameaça representada pelo homem do povo, em vez de protetor dos direitos do indivíduo.”

Segundo o Major Fagundes, 2009, “com muito pouco tempo, as pessoas começaram a criar, primeiro, a idéia de solidariedade, de ajudar; elas começaram a se conhecer. Logo em seguida, aconteceu a idéia de pertencimento”.²⁰

Após ter visitado vários países e visto que isso acontecia em vários deles, Major Fagundes chegou à conclusão de que a própria necessidade da comunidade fez com que as coisas acontecessem; não houve criador. “A iniciativa é da comunidade, você só tem que ter alguém para direcionar” (FAGUNDES, 2009).

O Programa foi noticiado 104 (cento e quatro) vezes na mídia, em 6 (seis) meses e a aceitação na polícia, a nível de Comando, foi muito bom; a nível de tropa, foi um desgaste muito grande, no início, porque os policiais, em sua maioria, não acreditavam que poderia dar certo.

Com a ajuda da mídia, o Programa foi divulgado e começou a se espalhar por Belo Horizonte e outras cidades do Brasil – apesar de que, não com o mesmo nome. Major Fagundes esteve à frente do Programa, mesmo em outras localidades que não as abrangidas por sua companhia²¹, por cerca de um ano, quando, então, escreveu o Programa²². Hoje, diversas pessoas só colocam a placa em suas residências e deixam de lado os fundamentos básicos do Programa (como solidariedade, vigilância mútua); como que se quisessem adquirir uma falsa sensação de segurança. Outras, querem usar a rede para ganhar dinheiro – por exemplo, vendem a placa da Rede por R\$50,00; o custo real das mesmas é de cerca de R\$4,00. Diante disso, o Major acredita a Rede não esteja fora de seu tempo não, mas que tudo tem o seu momento. Seu momento foi o de criação da Rede. Sua participação, inclusive, não é mais de gestor do Programa, embora ele participe, pontualmente, de algumas, quando convidado. Atualmente, enquanto Tenente-coronel do 49º Batalhão da Polícia Militar de Minas Gerais – região de Venda Nova, acredita que a comunidade possa fazer mais que a Rede.

²⁰ Uma das ações que demonstram isso foi a construção, pela comunidade, em uma das localidades em que existia a Rede, de uma pracinha no lugar onde antes era um terreno baldio.

²¹ São exemplos disso: as redes do bairro Cachoeirinha, Renascença, São Gabriel, Venda Nova.

²² O Programa foi premiado, por duas vezes, enquanto projeto de segurança pública. Uma vez, enquanto boa prática da Secretaria de Estado de Defesa Social.

4. METODOLOGIA

Com o propósito de investigar as possibilidades e os limites das relações comunitárias enquanto instrumento na redução da criminalidade, haja vista a atual insuficiência de respostas dadas pelo Estado frente à problemática da criminalidade, foi objeto do presente estudo, o Programa Rede de Vizinhos Protegidos, criado pela Polícia Militar de Minas Gerais em parceria com as comunidades de vários bairros das cidades onde é implementado - 26 cidades do interior de Minas Gerais, além de Belo Horizonte, como Juiz de Fora, São Lourenço e Sete Lagoas - que possui, como base fundamental, as relações comunitárias de vizinhança na tentativa de promoção de uma segurança pública cidadã.

Optou-se por um estudo de caso, numa abordagem de pesquisa qualitativa, visto que o objeto de estudo ficou restrito à análise de duas Redes de Vizinhos Protegidos, implementadas em diferentes regiões da capital, tendo em vista o fator tempo e estrutura da pesquisa.

Segundo LÜDKE e ANDRÉ citados por Silva (2004, p.19):

No estudo de caso o objeto estudado é tratado como único, uma representação singular da realidade que é multidimensional e historicamente situada e o estudo qualitativo se desenvolve em uma situação natural, é rico em dados descritivos, tem um plano aberto e flexível e focaliza a realidade de forma complexa e contextualizada.

Neste sentido, o estudo de caso permite, dentre outras reflexões, o aprimoramento de referenciais teóricos e novos elementos, a partir de pressupostos teóricos iniciais, haja vista que o conhecimento é algo em constante construção; enfatiza a interpretação do contexto; além de utilizar uma variedade de fontes de informações.

Como parte do estudo de caso, o estudo qualitativo busca aproveitar ao máximo todas as informações colhidas, qualificando-as a partir da percepção que os sujeitos da pesquisa possuem sobre o objeto de estudo, tomando como parâmetro a política de segurança pública do Estado. Há que se ressaltar que, embora essas sejam percepções legítimas, elas partem de um contexto de relações interpessoais existente, bem como de experiências vivenciadas no cotidiano destes sujeitos.

Desta forma, o presente estudo pretendeu demonstrar que segurança pública não se faz somente com o trabalho da Polícia, mas que é de fundamental importância a implicação da comunidade na busca por melhores resultados dentro desta perspectiva.

4.1 Referencial metodológico

Com a definição do tema, que partiu da percepção e curiosidade surgidas de um trabalho realizado em mediação comunitária na Pedreira Prado Lopes em avaliar como uma

comunidade possui o poder de mudar sua história ou permanecer num estado de conformismo com as situações pelas quais passa, o trabalho começou a ter uma margem de estudo delimitada. Esta foi complementada quando se inseriu a questão da segurança pública, mais especificamente no quesito combate à criminalidade.

Como instrumento de segurança pública, já se havia percebido algumas iniciativas²³, neste sentido, de utilização da própria comunidade como censora e conseqüente redutora da criminalidade. Partindo dessa idéia, é que se optou pelo estudo de caso, pois manifesta-se aqui o fito de aprofundar, pela sua especificidade e vanguarda, o Programa Rede de Vizinhos Protegidos.

Tendo isto em vista, o trabalho envolveu duas etapas: análise da bibliografia e análise de dados primários e secundários.

Em função da complexidade do tema proposto nesta pesquisa, a etapa de revisão bibliográfica priorizou um conjunto amplo e plural de obras, dos diversos campos do saber e de tendências metodológicas variadas que pudessem explicar sobre as relações comunitárias e sua influência na redução da criminalidade.

Além desta pesquisa bibliográfica, pretendeu-se fazer uma série de entrevistas, coleta de informações estatísticas e de reportagens. Para tanto, foram utilizados os seguintes instrumentos:

- entrevista ao idealizador do Programa Rede de Vizinhos Protegidos, para entender melhor o objeto de investigação do presente estudo;
- questionários aplicados a lideranças locais, tais como lideranças comunitárias, representantes de igrejas, representantes de escola, bem como outros moradores;
- coleta de informações, através da Polícia Civil, bem como da Polícia Militar de Minas Gerais, sobre a Rede de Vizinhos Protegidos;
- coleta e seleção de reportagens sobre a Rede de Vizinhos Protegidos, dos locais estudados, veiculadas desde o seu surgimento.

Inicialmente, partiu-se de um procedimento mais aberto, de observação informal de algumas das redes. Foram estabelecidos alguns contatos e, a partir deles, fez-se uma sondagem de quais redes poderiam sustentar um vínculo de pesquisa, tendo sido analisados, aqui, o tempo de existência da rede, bem como o tipo de retorno feito à pesquisadora.

²³ Como parte da cultura local, nas longínquas montanhas da Ruanda, existem gritos de guerra para sinalizar perigo e isso implica um dever para a comunidade, que pode ser punida caso não se manifeste. Outras iniciativas ocorrem por necessidade social, como o Apitaco em Pernambuco.

Posteriormente, foram realizados alguns trabalhos de campo, com visitas locais às redes, onde se colhiam informações mais precisas, bem como reportagens sobre as repercussões do Programa, que foram procuradas na própria rede, quando disponível.

4.2 Critérios de escolha das redes e suas caracterizações

Para este trabalho foram selecionadas duas Redes de Vizinhos Protegidos, para efeitos comparativos, a partir dos seguintes critérios:

- serem localizadas em bairros distintos;
- terem sido implantadas há mais de 4 anos;
- pertencerem a um mesmo batalhão da Polícia Militar de Minas Gerais – no caso, foi o 34º Batalhão;
- possuírem uma forte e legítima liderança local.

A exigência do item 3 foi de extrema importância pois foi isso o que facilitou o acesso da pesquisadora aos dados trabalhados. Cabe ressaltar que a pesquisa só foi possível devido à disponibilidade de algumas pessoas em contribuir com a mesma. Como a Rede é composta de moradores, há grande dificuldade em encontrar estas pessoas em suas residências, e dispostas a contribuir com a pesquisa.

Não foi fácil a identificação dessas redes. O caminho trilhado é apresentado a seguir. Inicialmente, pensou-se em ir direto às comunidades em que existisse o Programa. Mas como saber a localização exata das Redes de Vizinhos, bem como suas referências locais, sem contatar a polícia, que é quem implanta as mesmas? Pensou-se, então, em ir à própria corporação da Polícia Militar. Ainda que essa escolha pudesse ser direcionada, uma vez estabelecido um contato, outros novos poderiam ser identificados a partir da própria comunidade.

O primeiro contato com o Programa foi feito com o idealizador do mesmo, Major Fagundes, foi ele quem forneceu os três primeiros contatos de rede, naquele tempo, ainda aleatórios²⁴. Destes, apenas de um conseguiu-se retorno. Apesar da atenção demonstrada pelo responsável por esta rede, ele não se prontificou a participar da pesquisa, alegando que o projeto estava estagnado.

O trabalho caminhou e continuaram-se as buscas. Como a pesquisadora - autora desta monografia - trabalha no bairro Jardim Leblon e seu trabalho envolve uma relação de rede

²⁴ Apesar de ele ser o idealizador, não mais acompanha o projeto, o que foi um dificultador.

com o GEPAR da região, foi feito um contato com o Tenente responsável pela área, quem forneceu mais dois contatos de rede. Estabelecidos esses novos contatos, ambos se desresponsabilizaram em relação à rede e disseram que as mesmas estavam sendo coordenadas por uma nova gestão – aqui se pode perceber que, em muitos bairros, a Rede de Vizinhos Protegidos funciona na dependência da existência e gestão de uma Associação de Bairro²⁵.

Os contatos desses novos gestores do programa²⁶ foram repassados, porém, mais uma vez, não houve êxito. A seleção de uma primeira rede só foi possível após participação em um seminário sobre segurança pública, onde se estabeleceu contato com policiais militares envolvidos com o Programa Rede de Vizinhos Protegidos. A partir daí, conseguiu-se o contato da rede de vizinhos do bairro Padre Eustáquio. Esta rede foi contatada e escolhida para esta pesquisa.

A outra rede escolhida para pesquisa foi a do bairro Castelo, a partir do contato mediado pelo 34º Batalhão da Polícia Militar de Minas Gerais, que forneceu o contato das companhias em que existem as Redes de Vizinhos Protegidos, dentro de sua área de abrangência.

4.3 Levantamento e tratamento dos dados

Foram realizadas 4 entrevistas por Rede. Um número maior de entrevistas foi inviável, dada a dificuldade de aplicação das mesmas, seja pelo desconhecimento do entorno local em relação ao Programa, seja pelo fato de que as pessoas que mais poderiam qualificar as redes são moradores que trabalham e quase não podem ser encontrados em suas residências. Sendo assim, foram aplicados questionários a lideranças locais, entendidas como lideranças comunitárias (1), representantes de igrejas (1), representantes de escola (1), bem como outros moradores (1). Na tentativa de se entrevistar o comércio local do bairro Castelo sobre a Rede, 2 comerciantes locais disseram desconhecer a mesma, sendo que outros 3 a conhecem mas

²⁵ Podem ser tecidas críticas e elogios a essa forma de gestão do programa. Uma das críticas é que a ferida causada pela vaidade de não se participar da nova gestão da Associação de Bairro pode gerar discórdia entre os moradores, o que acaba por enfraquecer a rede. Um dos elogios poderia ser a transitoriedade de pessoas na coordenação da rede, o que acaba por emancipar várias delas e torna-las sujeitos de sua própria rede.

²⁶ Importante notar quão desatualizados encontram-se os contatos da Polícia Militar de Minas Gerais. Isso serve para a importante reflexão sobre a situação da comunicação entre a comunidade e a Polícia Militar, em tese, encabeçadora do projeto e quem o fomenta. Uma das pessoas com quem se fez contato, inclusive, aponta que a Polícia Militar é a principal responsável pela desarticulação da rede – fato que tem que ser apurado com mais cuidado, mas que não deve passar despercebido.

não sabem falar sobre ela. Como a área de comércio do bairro Padre Eustáquio é maior, dos 14 comerciantes abordados, 9 comerciantes locais disseram desconhecer a Rede, enquanto 5 comerciantes locais sabem de sua existência mas não sabem falar sobre ela.

A definição de quem seria entrevistado passou pela questão da representatividade local e da diversidade de serviços prestados à comunidade. Pensou-se em priorizar a qualidade das entrevistas e não, sua quantidade. Acredita-se que, com estas entrevistas, tenha-se podido avaliar o “comportamento” da criminalidade antes e depois da rede. Apesar de não se ter conseguido entrevistar alguém do comércio local, foi parte da pesquisa abordá-los, pois, com isso, conseguiu-se mensurar a visão que o comércio local possui das Redes. Com este número de entrevistas, conseguiu-se cobrir um número significativo de instituições representativas da população pertencentes às Redes em tela.

Nas entrevistas, foram abordados os seguintes questionamentos, além do nome do entrevistado, alguma forma de contato com o mesmo, sua idade e sua identificação/instituição:

- Qual o histórico desta Rede de Vizinhos Protegidos?
- Qual o número de participantes?
- Quais os pontos positivos e negativos da Rede de Vizinhos Protegidos?
- Como você avalia a participação da população local nesta Rede de Vizinhos Protegidos?
- Como você avalia a participação da Polícia no funcionamento da Rede de Vizinhos?
- Você acha que a sua Rede de Vizinhos é eficaz? Por que?
- Você se sente mais seguro com a existência da Rede de Vizinhos? Por que?
- Você notou se houve redução da criminalidade após a implantação da Rede de Vizinhos?
- Há uma significativa utilização dos espaços públicos nas redondezas? Caso negativo, por que?
- O que você mudaria na Rede de Vizinhos Protegidos?

Em relação à coleta de informações, através da Polícia Civil, bem como da Polícia Militar de Minas Gerais, sobre a Rede de Vizinhos Protegidos, esta foi feita através de solicitações via e-mail e conversas informais por telefone ou presenciais com soldados,

tenentes, dentre outros oficiais da Polícia Militar, bem conversas com o corpo técnico da Polícia Civil.

No que tange à coleta e seleção de reportagens sobre a Rede de Vizinhos Protegidos, dos locais estudados, veiculadas desde o seu surgimento, a busca destes materiais se deu por diversas formas. Seja através das lideranças locais, seja através de contatos feitos com jornalistas, Secretaria de Comunicação do Estado (SECOM), a própria Polícia Militar e até mesmo busca na internet.

5. ANÁLISE DOS RESULTADOS

Antes de iniciar a análise e tratamento dos dados, é muito importante descrever e caracterizar as Redes escolhidas.

O 34º Batalhão da Polícia Militar de Minas Gerais é composto por companhias de Polícia que atendem 63 bairros de Belo Horizonte, situados nas regionais Noroeste e Pampulha. Dispersas entre as companhias, existem 15 Redes de Vizinhos Protegidos, distribuídas em 4 companhias da Polícia Militar, sendo elas, a 21ª Companhia, a 8ª, a 17ª e a 9ª Companhia. Serão alvos do presente estudo a Rede de Vizinhos do Castelo, situada na 8ª Companhia e a Rede de Vizinhos do Padre Eustáquio, que pertence à 9ª Companhia.

Primeiramente, falar-se-á da Rede de Vizinhos do Castelo, que teve início em junho de 2005 e foi a segunda Rede de Vizinhos Protegidos criada em Belo Horizonte, ainda sob a coordenação do Major Fagundes. Pertencente à 8ª Companhia da Polícia Militar de Minas Gerais, que é dividida em 5 setores, com 1 Tenente em cada um deles, e atende 28 bairros da cidade de Belo Horizonte, a Rede de Vizinhos Protegidos do Castelo é considerada uma das mais organizadas dentre as 5 existentes na Companhia, segundo um dos soldados que atuam na companhia. De acordo com este soldado, nas reuniões do CONSEP²⁷, a polícia divulga o programa e quem se interessa, os procura para encaixar-se na rede já existente. Sr. Marcos²⁸, 85 anos, uma pessoa muito reconhecida e legitimada pela comunidade do bairro, é quem coordena a Rede. Primeiro morador do bairro, além de presidente do CONSEP, já foi presidente da Associação Comunitária do Bairro Castelo. Inclusive, foi a partir desta Associação, que foi criada a Rede. Com um público em suas reuniões, que acontecem toda segunda quarta-feira do mês às 19h na Paróquia de Nossa Senhora de Guadalupe, que varia muito, entre 50 e 300 pessoas, a aderência ao programa mostra-se bastante grande. Atendendo a todo o bairro, a Rede de Vizinhos já foi noticiada em jornais locais como um benefício à comunidade.

²⁷ Conselho Comunitário de Segurança Pública: entidade de direito privado, com vida própria e independente em relação a qualquer órgão público. Modalidade de associação comunitária, de utilidade pública, sem fins lucrativos, constituída no exercício do direito de associação garantido no art.5º, XVII, da Constituição Federal/1988, e que tem por objetivos mobilizar e congregar forças da comunidade para a discussão de problemas locais da segurança pública. É um inovador ambiente de exercício da cidadania, em que os moradores residentes no espaço por ele abrangido, inteiram-se do trabalho da Polícia Militar, Polícia Civil, Conselho Tutelar, Bombeiros, Guarda Municipal, Defensoria Pública, Administração Pública e dos órgãos de Defesa Social. Esses órgãos tomam consciência da complexidade da intervenção no fenômeno da criminalidade e se mobilizam no sentido de acionar outros setores públicos.

²⁸ Por ética e em respeito aos entrevistados, os nomes das pessoas foram trocados.

A segunda Rede de Vizinhos Protegidos pesquisada, a do Padre Eustáquio, embora pertencente ao mesmo Batalhão da Polícia Militar registra outra história, que apesar de suas diferenças, se assemelha à Rede de Vizinhos do Castelo na identidade comum de suas lideranças e coordenadores locais, enquanto pessoas de mais idade, aposentadas e com disponibilidade de tempo, bem como com a vontade de disseminar a responsabilidade da comunidade na segurança pública. Ativada através de apitos, a Rede chama a atenção de muitas pessoas e é composta, atualmente, por cerca de 1500 moradores espalhados pelo bairro, segundo reportagem fornecida pela P5, setor da Polícia Militar. Identificando os 3 principais instrumentos do Programa enquanto o compromisso, o apito e o holofote e as placas, Marta²⁹, 71 anos, liderança comunitária do bairro, diz da Rede, que funciona enquanto pequenas células. Acredita que o quarteirão é que funciona enquanto Rede. Moradora há mais de 30 anos no bairro, Marta é também comerciante local – possui uma escola há mais de 30 anos e relata vários casos de criminalidade na rua, antes da chegada da Rede de Vizinhos Protegidos. De posse dos telefones das viaturas, o que também se assemelha à outra Rede estudada, Marta atribui o funcionamento da Rede, também à utilização de outras estratégias, como o uso de holofotes.

5.1 Território

O critério da territorialidade é um critério de fundamental importância para definir a espacialidade das relações tratadas. Essa espacialidade não é delimitada administrativa ou politicamente, ainda que sofra suas influências, mas, principalmente, pela interdependência que existe entre as pessoas que a compõem sobre o ponto de vista econômico e social.

Isto pode, claramente, ser comprovado pela divisão das redes estudadas. Apesar de haver uma delimitação administrativa da cidade feita pela prefeitura, as redes não se formam segundo este critério, mas, antes e sobretudo, pelo critério de pertencimento a um território, onde as pessoas atuam, constroem relações diversas, inclusive, ligadas à segurança individual e coletiva.

O território é um fator determinante para a construção de comunidades, pois é a partir dele e sob ele que as relações começam a se perfazer. Apesar de existirem os vínculos de parentesco, que são, em sua grande parte, fortes laços, é o vizinho quem está perto.

²⁹ Por ética e em respeito aos entrevistados, os nomes das pessoas foram trocados.

Nas palavras do sr. Marcos, este é um ponto positivo da Rede de Vizinhos Protegidos: “o vizinho colabora com a segurança do bairro; é o melhor amigo.” Por outro lado, o fator território pode ser um ponto negativo quando as pessoas identificam nele um fator de exclusão. Neste sentido, um comércio local do Padre Eustáquio, quando entrevistado, diz que acha que a Rede de Vizinhos é “parte de um grupinho”; sabe de sua existência mas não faz parte dela. Interessante perceber que, ainda que o comércio local faça parte da espacialidade administrativa e política das redes, não se implica em seu território e nem significa e qualifica este espaço como sendo seu. Embora haja relatos de que no bairro Caiçara, o sucesso do Programa foi tão grande, que os comerciantes locais resolveram adotá-lo com a mesma filosofia, comerciantes locais situados há um quarteirão das residências abrangidas pelas Redes de Vizinhos pesquisadas desconhecem o que seja o Programa ou só sabem se referenciar ao mesmo como sendo o programa da “plaquinha”³⁰.

Pode-se perceber que, com isso, a sensação de pertencimento fica prejudicada. O comércio local não se sente pertencente ao território, o que prejudica a cumplicidade e a solidariedade preconizadas pelo Programa. Na Rede de Vizinhos do Padre Eustáquio, isso pode ser notado também no que tange à circunvizinhança da Rede. Como a maioria é composta por apartamentos alugados, Marta, uma das lideranças entrevistadas, acredita que a sensação de pertencimento não é a mesma que a de seus vizinhos, que são todos proprietários de seus imóveis e moradores há muito anos do bairro. Por outro lado, a comunidade do Bairro Castelo parece, de certa forma, contornar esta situação de falta de pertencimento com outras estratégias que, ainda que não envolvam o comércio local, servem de fomento à sensação de pertencimento dos moradores: a existência de uma comunidade no ORKUT é uma delas. Esta iniciativa demonstra que a comunidade pode também ser fruto de relações não concretas, transcorridas no espaço virtual, mas que colaboram para incrementar o sentimento de pertencimento dos moradores.

Outro fator importante a ser notado é que a Rede funciona bem em bairros de classe média. Segundo um Tenente da Polícia Militar de Minas Gerais, isso tem sua explicação no fato de que nas vilas e favelas, há certa cumplicidade com o crime, seja por medo ou envolvimento dos familiares de seus moradores, o que acaba por elidir a relação de confiança e proteção preconizada pelo Programa, com a participação da Polícia. Por outro lado, em

³⁰ Quando entrevistados, vários comerciantes locais disseram que já viram uma “plaquinha” nas residências mas não sabem o que seja. Inclusive, um deles diz que existe esta plaquinha em seu prédio, mas que não faz a mínima idéia a que se refira.

bairros de classe alta, onde quase ninguém se conhece, predominam nas ruas muros e cercas elétricas, o que também impede essa relação de solidariedade preconizada pelo Programa.

Como a idéia da Rede é uma parte da junção da sensação de pertencimento com a questão do território acrescida de outros elementos, a diretora da Escola Estadual Padre Eustáquio, acredita que ainda que não nominada enquanto Rede, esta iniciativa já acontece em outros bairros; deu exemplo disso quando disse que a proposta já existe, informalmente, em seu bairro, onde os vizinhos se conhecem e cuidam um do outro.

5.2 Rede

Considerando rede, nas palavras do Major Fagundes, como “o conjunto de pessoas organizadas para executarem ações sistematizadas com o objetivo de coibir a ação de criminosos e garantir a segurança através de informações que seriam repassadas imediatamente à PMMG”, há que se introduzir ainda alguns elementos que compõem este conceito.

Começar-se-á por conectividade. Toda rede pressupõe conectividade, vários pontos conectados entre si. Isso é perceptível tanto na metodologia, quanto na prática do Programa. Na teoria, a Rede de Vizinhos Protegidos é formada por conjuntos de moradores da localidade, que são agrupados em laços de até 5 residências circunvizinhas. Como a rede é entrelaçada, uma residência poderá pertencer a 2 (dois) laços. Na Rede pesquisada no Padre Eustáquio, foram encontrados laços compostos por até 15 famílias. Nas palavras de Marta, “os quarteirões funcionam como pequenas células”.

Outro aspecto importante e muito relevante é que a rede é uma estrutura sem fronteira. A perspectiva de uma rede é que ela ganhe elementos ao longo do tempo e esteja sempre aberta. Isso pode ser notado em escala maior quando falamos da grandeza que tomou o programa, que, hoje abrange cerca de 40.000 moradores de 78 bairros das nove regionais de Belo Horizonte. O que começou em um bairro localizado, Caiçara, tomou proporções de uma grande rede. Em base local isto também pode ser sentido. Nas duas Redes pesquisadas, tudo começou com um grupo de moradores acionados pela Polícia Militar; o que antes representava algo da ordem de dezenas de moradores, nas redes pesquisadas encontra-se na ordem de grandeza de centenas de moradores.

Para funcionar bem, uma rede deve ser organizada e bem planejada. Depois que nasce, seja por uma decisão individual ou coletiva, maneira como aconteceu nas Redes pesquisadas, a rede precisa se organizar. Para isso, é necessário que haja pessoas dispostas a trabalhar nela ou fomentá-la. Para que isso seja feito é necessário um processo de mobilização.

Talvez, nesta parte de organização e planejamento é que a Rede seja um pouco deficitária. Marta, da Rede de Vizinhos Protegidos do Padre Eustáquio, aponta a falta de comunicação entre os laços como principal obstáculo para um melhor funcionamento da Rede: “A rede funcionaria melhor se existissem lideranças nas ruas e estas se comunicassem.” No início, as reuniões eram periódicas, agora, Marta acredita que precisam se reunir, novamente, para fazer uma releitura do programa, o que reflete a necessidade de um replanejamento. Nas palavras da diretora e vice da Unidade Municipal de Educação Infantil (UMEI) Castelo, as palestras e reuniões sobre o Programa deveriam ser mais descentralizadas; deveriam haver outras formas de comunicação. O pastor entrevistado, representante local da Comunidade Evangélica do Bairro Castelo, quando perguntado sobre o que mudaria na Rede de Vizinhos Protegidos, diz que, talvez, uma descentralização, visando abranger mais pessoas. Deveria existir mais lideranças, rotativizar as reuniões, pois, desta forma, outras pessoas poderiam participar e conhecer. Acredita que, pra divulgação, isso também, talvez, seja bom. O morador entrevistado do bairro Padre Eustáquio, pertencente à Rede do bairro, corrobora a opinião anterior: sua resposta à pergunta respondida pelo pastor, acima, é a de que as reuniões devem acontecer com alguma periodicidade. A moradora entrevistada do bairro Castelo, também pertencente à Rede do bairro, reclama dos horários das reuniões e de que falta retorno do que acontece nas mesmas. Como fazer isso, se as pessoas, os próprios moradores que deveriam se organizar e planejar a rede nem sempre se implicam nela?

5.3 Capital social

Antes de começar a reflexão sobre o capital social enquanto fator desestimulador da criminalidade, é importante lembrar o conceito trabalhado no capítulo 3, que identifica o capital social enquanto um otimizador das relações sociais. Pensado desta maneira o capital social agrega valor às relações e pode fomentar a auto-estima, bem como satisfazer as necessidades sociais dos indivíduos enquanto comunidade.

Quando os vínculos entre vizinhos se fortalecem, as relações de confiança e solidariedade aumentam. Desta forma, nas palavras de Gomes (2005, p.34), “redes adormecidas de engajamento dos indivíduos em questões comunitárias são reativadas”.

Neste sentido, o capital social é um fomentador de uma segurança pública ativa e cidadã. Isto pode ser comprovado pela resposta de uma das moradoras do bairro Castelo e integrante da Rede do seu bairro, quando perguntada sobre os pontos positivos da Rede: há um bom funcionamento da rede na sua rua, pois todos colaboram.

Nas palavras do pastor já mencionado, apesar de necessitar de aprimoramento, a idéia da Rede é muito salutar porque as pessoas passam a perceber as outras; saem do seu “mundinho”. A diretora da Escola Estadual Padre Eustáquio, diz que pra além da ajuda na construção de uma política pública de segurança, a Rede fomenta a solidariedade e a ajuda mútua, aumenta o conhecimento dos vizinhos no sentido de eles cuidarem uns dos outros. Na opinião do morador entrevistado do bairro Padre Eustáquio, pertencente à Rede do bairro, é este, também, o ponto positivo da Rede: o conhecimento de seus vizinhos. Esta parece ser uma opinião unânime: das entrevistas realizadas, apenas uma apontou outro ponto positivo para a Rede e outra não se manifestou a respeito. As demais entendem a relação com o vizinho como sendo o ponto positivo da Rede. Apesar de não ter tempo para tanto, o conhecimento de seus vizinhos parece ser um denominador comum enquanto desejo dos moradores de um bairro. Esse conhecimento reforça a idéia de comunidade e reflete na questão da sensação de segurança que os moradores passam a ter em suas casas, em seus territórios, ítem a ser considerado mais adiante no presente trabalho.

Segundo um dos responsáveis pela implantação do Programa em vários bairros das regiões leste e nordeste da cidade de Belo Horizonte: “a questão não é só a segurança, mas também envolve o relacionamento entre vizinhos, o resgate da amizade, do convívio social e da solidariedade entre as pessoas, a liberdade de conversar com os amigos na porta de casa, enfim é a recuperação da qualidade de vida” (PEIXOTO, 2009).

5.4 Relações comunitárias

Depois de haver trabalhado com alguns aspectos essenciais às relações comunitárias, como capital social e território, serão introduzidos alguns outros aspectos, agora, de maneira

que se tenha uma idéia mais abrangente dos elementos que compõem estas relações e que as fomentam, tornando-as coesas e consolidadas.

Começar-se-á pela questão da identidade coletiva e durável, baseada na compreensão e no conhecimento profundo de uns com os outros. Isto pode ser demonstrado na comunidade do bairro Padre Eustáquio quando Marta, liderança comunitária da Rede de Vizinhos Protegidos deste bairro, diz da proximidade que possui com seus vizinhos. Por morarem há muito tempo no mesmo bairro, fazem atividades comunitárias juntos, como novena da Natal, e se implicam, todos, na segurança de suas ruas, o que pode ser demonstrado com um simples olhar sobre os pulsos destes moradores: vira e mexe serão achados apitos neles. Com a criação desta identidade coletiva, enquanto moradores de um bairro, este sabem da rotina de seus vizinhos, conhecem seus parentes e estão sempre atentos e observando o que quer que saia da realidade cotidiana de seus pares.

Outro elemento essencial que deve ser observado é a necessidade da busca por um conjunto de interesses comuns. Há que existir interesses motivadores para que se constituam relações comunitárias fortes e coesas. A criminalidade, fato social de grande impacto para a sociedade, com certeza, é um grande motivador, que por si só, garantiu uma certa visibilidade ao Programa e chamou a atenção e a vontade de várias pessoas. Além da diminuição da criminalidade, outro interesse que pode ser considerado comum é dito acima. Conhecer os vizinhos e torná-los seus aliados na busca pela tão sonhada segurança pessoal é outro fator de extrema relevância na constituição dessas relações.

O princípio de cooperação, outro elemento também importante, pode ser demonstrado no vigiar das ruas por moradores que ficam de plantão, no acionamento das lideranças comunitárias ou da polícia, no cuidado com a segurança alheia, de um modo geral, demonstrado através de silvo de apitos, gritos nas ruas ou mesmo interfone, telefones celulares e fixos. Quando passam por situações que exigem a ativação destas estratégias e estas funcionam, os moradores sentem-se inspirados a serem membros componentes do todo.

Além destes elementos, a participação cívica e cidadã, a igualdade política, a solidariedade, confiança e tolerância podem ser demonstradas em uma reportagem veiculada sobre a Rede de Vizinhos Protegidos em um jornal local do bairro Castelo:

O Projeto Rede de Vizinhos Protegidos implantado em 2005 vem celebrar a união da população na participação de uma segurança pública mais efetiva. Para o delegado Hércio Sá o projeto visa interiorizar a capital: “Os bairros crescem sem projetos e as pessoas não se conhecem mais”, diz. Para ele, o principal benefício é o aquecimento dos relacionamentos entre vizinhos.

A participação popular é tão importante que o delegado pede que a população faça uma reflexão sobre os grandes momentos que o país viveu: “Em todas as grandes conquistas tivemos ampla participação popular”, lembra. Ele entende que o cidadão deve voltar a ocupar o seu espaço. “Se esconder, ficar preso em casa, não resolve, deve haver cobrança”, destaca. (SEGURANÇA..., 2008)

5.5 Sensação de segurança

A sensação de segurança - o Brasil sustentava, em 2007, o maior índice de sensação de insegurança do mundo, segundo reportagem já mencionada na seção 3.4 do presente trabalho, - é algo extremamente complexo pois, além de levar em conta vários fatores subjetivos, não é proporcional à redução da criminalidade, segundo estudos da Secretaria de Estado de Defesa Social (SEDS):

Os nossos indicadores de criminalidade reduziram ao patamar de 10 anos. Contudo, já se percebeu que a velocidade da sensação de segurança, essa segurança subjetiva, não é a mesma da redução de indicadores objetivos.

Dados de governo apontam que os crimes violentos (homicídios, roubos, assalto e estupro) caíram 36% no período de 2003 a 2008, nos 853 municípios do Estado. Em Belo Horizonte, a queda mais significativa foi em Belo Horizonte, - 52%. Campos Júnior disse que a secretaria tem feito pesquisas para saber como o cidadão percebe essas alterações e que algumas mudanças, apesar de pequenas, foram sentidas. (RIGI, 2009)

Esta dissonância entre a real incidência de crimes violentos e o sentimento de insegurança também foi comprovada em ensaios científicos, como o de Diniz (2003), que, através de um *survey*, conseguiu demonstrar que apesar de a população apontar o centro da cidade de Belo Horizonte e indistintamente as favelas e as periferias como as áreas mais violentas desta cidade, sabe-se que nem todas as favelas e periferias são violentas e que na área central da cidade são raros os crimes violentos. “Além disso, os resultados também revelam que o sentimento de insegurança é muito maior em relação à cidade como um todo, do que em relação aos bairros/vizinhanças onde vivem os entrevistados” (DINIZ, 2003).

Neste mesmo estudo fica demonstrado também que o caráter sensacionalista da mídia no que tange a eventos violentos, bem como a familiaridade com os locais que as pessoas habitam influenciam em grande parte esta sensação.

Tendo isto em vista, pode-se dizer que a Rede pode, além de contribuir com a redução da criminalidade, fomentar a sensação de segurança dos moradores onde está implementada. Ter a polícia sempre ao alcance, por meio de um acesso a telefones celulares de militares,

bem como saber que pode contar com seu vizinho como instrumento da sua segurança privada, sem dúvida, aumenta a sensação de segurança.

Apesar da distante proximidade dos bairros, ambos se assemelham no fato da parca circulação de pessoas por suas ruas. Apesar do bairro Padre Eustáquio possuir uma rua onde se concentra o comércio, rua essa de bastante circulação e movimento, a circulação de pessoas por suas ruas adjacentes é pouca. Da mesma maneira, no bairro Castelo, que é um bairro um pouco mais pacato, dada a maior distância que se tem com o Centro e pelo pequeno comércio local; quase não se vê gente na rua. Desta maneira, apropriando o pensamento de Jane Jacobs de que a segurança nas ruas depende, em parte, de circulação de pessoas, a sensação de segurança fica prejudicada. Ao mesmo tempo, este fator pode ser um facilitador desta sensação, na medida em que facilita a vigília em relação a quem circula pelo bairro. Vigília esta, que depende do conhecimento da rotina dos vizinhos ali residentes. É necessário que todos e cada um se implique nesta rede de proteção.

Na medida em que torna os ambientes e ruas mais familiares, com moradores mais solidários e cúmplices entre si, a Rede consegue cumprir com seu papel. Quando perguntados sobre o aumento da sensação de segurança com a existência da Rede de Vizinhos Protegidos, dos 8 entrevistados, somente dois dos entrevistados disseram que não. A diretora e vice da UMEI Castelo, inclusive, disseram que percebem que há algo acontecendo; as pessoas estão sempre alertas, e isso desperta, de certa forma uma maior sensação de segurança porque sabem que podem contar com a comunidade.

Apesar da necessidade de ser fomentada por outras estratégias, a Rede é um importante instrumento na construção de uma maior sensação de segurança.

5.6 Controle social

O controle social descrito por Bursik e Grasmick (1993), a partir de aprofundamentos no estudo da teoria criminológica da “desorganização social”, pode ser exercido de duas formas: dentro dos grupos primários de socialização (amigos, família, redes de afinidades) – primeiro nível de controle; e dentro de instituições formais que coabitam e atuam dentro das vizinhanças (associações comunitárias, escolas, igrejas e até mesmo a polícia) – segundo nível de controle.

É neste segundo nível de controle que as redes atuam: quando perguntado sobre os pontos positivos da Rede, o pastor da Comunidade Evangélica do Castelo identifica a inibição da criminalidade como principal fator, que ele identifica advir de uma mobilização da comunidade, o que demonstra uma certa organização social.

Segundo a liderança comunitária entrevistada do bairro Padre Eustáquio, de tão bem feito este controle e de tão eficaz a comunicação entre os vizinhos: “a Polícia chegou a reclamar que os moradores não os chamavam”.

Ainda sobre os mecanismos de controle social, pode-se notar que as instituições formais desempenham um papel importante e protagonista em ambas as comunidades. As igrejas estão sempre cheias, a polícia se faz bastante atuante e as reuniões comunitárias já chegaram a ser freqüentadas por cerca de 300 pessoas.

O vínculo entre os vizinhos, reconhecido pelos moradores entrevistados de ambos os bairros, pode ser exemplificado, inclusive, por um dos equipamentos sociais que atende o bairro Castelo. Segundo a diretora e a vice da UMEI Castelo, em certa ocasião, uma das portas da escola ficou aberta e um dos moradores da rua onde ela se situa, quando reparou o fato, se prontificou a avisar o porteiro da unidade escolar. Esse aviso, forma de prevenção e redução da criminalidade, pode se dar de várias formas, seja através de apito, instrumento muito comum em várias redes, seja através de ligações feitas a celulares, ou até mesmo, o uso de interfones.

No que tange à polícia, uma das instituições formais apontadas acima, durante uma das visitas ao bairro Padre Eustáquio, a pesquisadora, no intervalo de 15 minutos, presenciou, passando, duas vezes pelo mesmo quarteirão, uma viatura de polícia.

5.7 Polícia e comunidade

Embora o Programa seja criado pela Polícia Militar, sem a participação da comunidade não há sustentabilidade do mesmo. Ainda assim, ambos os parceiros são de essencial importância no fomento a esta estratégia de combate à criminalidade.

No início, a própria Polícia Militar é quem fazia o contato com os moradores a fim de explicar-lhes a idéia e implementá-la. Hoje, com o sucesso do programa, a ação é inversa; os moradores interessados no Programa procuram o militar responsável pela área da sua residência e solicitam as informações e logística necessária para a implantação do Programa.

Segundo um soldado da 8ª Companhia da Polícia, quando há oportunidade, os militares também se utilizam das reuniões do CONSEP para fazerem propaganda da rede.

Além de atuarem no fomento à criação de novas redes, a Polícia Militar propõe-se a estar presente em algumas reuniões que a comunidade faça para pensar soluções de combate à criminalidade e dar instruções de segurança à comunidade. Além disso, atua, sempre que acionada, para abordar pessoas ou veículos suspeitos agindo, desta maneira, no combate preventivo à criminalidade.

A parceria com a PM não se limita apenas em ter um canal de comunicação para atendimento rápido. A integração nos permite ter uma mudança de comportamento para garantir a segurança. E essas orientações estamos levando à comunidade por meio de folhetos, faixas, nas reuniões, e-mails e outros recursos. E é claro, temos em nossa rede pelo menos 180 famílias comprometidas com a vigilância da movimentação na área, tendo o apito como um alarme eficaz. (HEMERSON)

Com o investimento crescente na segurança pública do atual governo, a Polícia Militar tem sido cada vez mais equipada e conta com um efetivo cada vez maior, que, por sua vez, passa a ser direcionado não somente à repressão, mas a um crescente policiamento comunitário.

O segredo do sucesso do projeto não passa por investimentos financeiros do contribuinte para aparelhar a PM, como era sugerido no modelo do policiamento comunitário da década de 1990. Mesmo porque, a corporação está muito bem equipada para combater o crime, como atesta o major Idzel Fagundes, um dos idealizadores da rede, atualmente chefe de Planejamento Operacional do Comando de Policiamento da Capital (CPC).

A Polícia Militar está bem aparelhada e nesse contexto a rede não tem a finalidade de receber doações, como viaturas, armamentos ou qualquer outro equipamento. O que necessitamos é de dados que contribuam para reduzir a criminalidade. O que se espera da comunidade são informações, postura de autoproteção e a aproximação com os militares da área, o que permite aos moradores o conhecimento da atuação policial. (HEMERSON)

Nas duas redes pesquisadas, de maneira geral, a relação com a Polícia parece ser bastante satisfatória. Nas palavras da liderança comunitária do bairro Castelo, “a Polícia e a comunidade estão de braços dados. Há confiança e muitas das reuniões acontecem na sede da Polícia Militar no bairro”.

Interessante ressaltar que há um espaço físico na comunidade do Castelo que funciona como um ponto de apoio para a Polícia Militar. Este espaço comunitário, assim denominado por esta liderança, ajuda na eficácia da Rede, pois nele são registradas as ocorrências da Polícia. Inclusive, em uma das visitas da pesquisadora ao local, a mesma registrou a presença de dois militares no local.

Com exceção de um dos entrevistados, que acredita que a polícia demora no atendimento presencial à comunidade, os entrevistados do bairro Castelo consideram a participação da Polícia bastante positiva e significativa.

No que tange à Rede do Padre Eustáquio, também, somente um dos entrevistados disse que a Polícia participa pouco da Rede – disse que só participa quando é acionada.

Pelo fato do policiamento comunitário ser uma iniciativa ainda bastante tímida, a estratégia de combate à criminalidade fomentada pela Rede de Vizinhos Protegidos ainda necessita ser aprimorada. A polícia ocupa um papel fundamental na Rede, mas precisa da comunidade que é a base para que tudo aconteça. De nada adianta uma polícia mobilizada se as pessoas não se implicarem. Na medida do possível, a polícia vem se fazendo notar num papel diferenciado que, ainda, distante de ser o ideal, para os padrões de policiamento comunitário, é um esforço a ser reconhecido.

5.8 Espaços de convivência

Ruas cheias, praças e igrejas com muita gente. Segundo Jane Jacobs, esta é parte da receita para que as pessoas se sintam confortáveis, para que sejam atraídas pelos ambientes que frequentam:

(...) a movimentação de pessoas a trabalho ou que procuram um lugar para comer e beber constitui em si um atrativo para mais pessoas.

Este último item, de que a presença de pessoas atrai outras pessoas, é uma coisa que os planejadores e projetistas têm dificuldade em compreender. Eles partem do princípio de que os habitantes das cidades preferem contemplar o vazio, a ordem e o sossego palpáveis. O equívoco não poderia ser maior. O prazer das pessoas de ver o movimento e outras pessoas é evidente em todas as cidades. (JACOBS, 2000)

A inexistência de espaços de convivência pode ser um fator que impeça a construção de relações comunitárias coesas. Se não se vê o outro, como criar relações com ele?

Neste sentido, a existência de espaços de convivência, na pesquisa delimitados enquanto espaços públicos, frequentados pode minimizar a incidência da criminalidade, bem como diminuir a sensação de insegurança, na medida em que fomenta os laços entre os vizinhos, aumentando, desta forma, o controle social exercido pela comunidade e a confiança entre seus membros.

Apesar da extensão dos bairros pesquisados serem significativas; o bairro Castelo é, inclusive, a sede do parque municipal Ursulina de Andrade, as pessoas entrevistadas das duas Redes pouco fazem referência às áreas e espaços públicos da redondeza. Isto pode se dar pela

questão de não conseguirem identificar o que seja um espaço público – alguns entrevistados indagaram o que seria isso – bem como pelo fato de restringirem seu espaço de circulação ao quarteirão onde moram.

Em ambas as Redes pesquisadas, quando perguntados se há uma significativa utilização dos espaços públicos nas redondezas, as respostas foram bastante diversificadas. No que tange à Rede do Padre Eustáquio, uma das pessoas entrevistadas disse que a ocupação destes espaços tem aumentado, à medida que a vizinhança se conhece mais e passa a se sentir mais segura. Outras duas disseram que sim, complementando a informação de que os bombeiros, inclusive, promovem uma ação de limpeza às praças locais. Somente uma disse não frequentar por questão de tempo. Em relação à Rede do Castelo, das quatro pessoas entrevistadas, três responderam afirmativamente à questão. Inclusive, a fala da diretora e vice da UMEI Castelo foi no sentido de que a comunidade circula bem, o que, por si só, torna a Rede mais ativa e atenta.

Interessante observar que nenhum dos entrevistados disse que a baixa utilização destes espaços, quando apontada, se dê pela questão da criminalidade. Isto pode ser um sinal de que a sensação de segurança dos moradores dos bairros entrevistados esteja sendo satisfatória. Ou ainda, que a questão da criminalidade não esteja sendo um fator de grande preocupação dos moradores, o que, caso fosse o contrário, isto seria um impeditivo à frequência de espaços públicos.

5.9 Criminalidade

Ponto-chave do trabalho e para concluí-lo, a questão da redução da criminalidade, será, agora, analisada.

Até agora, analisaram-se características das relações comunitárias que permitem influir na redução da criminalidade e, de certa forma, essa redução pôde ser demonstrada: seja analisando-se a questão do território, a formação da rede, a importância do capital social, bem como das relações comunitárias, a sensação de segurança, a forma de exercício do controle social, a relação entre polícia e comunidade e os espaços de convivência.

A partir da análise destes dados, chegou-se à conclusão que vários destes elementos vem sendo trabalhados na construção de uma possível redução da criminalidade. O que irá

analisar-se, agora, são os dados quantitativos desta redução, em confronto com a percepção da mesma pelos entrevistados.

Apesar da criminalidade ter diminuído nos últimos anos por vários fatores³¹, haja vista a complexidade que determina sua existência e as diferentes formas de lidar com ela, essa redução tem sido atribuída, em várias ocasiões, especificamente ao Programa Rede de Vizinhos Protegidos. Segundo reportagem veiculada na Revista Encontro, desde que o Programa foi implantado, em 2006, na 20ª Cia. do 16º Batalhão, que atende vários bairros da Região Nordeste de Belo Horizonte, a taxa de criminalidade na região caiu em torno de 70%. De acordo com recente reportagem veiculada jornal Estado de Minas, em cinco anos de projeto, atingiu-se o índice de 68% de redução de crimes violentos em uma área crítica da Região Noroeste da capital.

No que tange especificamente ao bairro Padre Eustáquio, segundo reportagem veiculada pela Agência Minas, no final de 2007, site que veicula notícias do Governo do Estado de Minas Gerais, com o Programa, o índice de crimes violentos no bairro caiu 20%.

Os índices de crimes violentos em Minas, como estupros, assaltos e homicídios, caíram 24% de janeiro a agosto deste ano em relação ao mesmo período do ano passado. A medição estatística foi feita pela Secretaria de Defesa Social em parceria com a UFMG. Na Região Metropolitana, a queda foi de 45%. Em Belo Horizonte, a queda foi ainda maior: quase 50%. (JUNIOR, 2007)

Ainda em referência a este mesmo bairro, outros índices de redução da criminalidade:

O bom resultado do Rede de Vizinhos Protegidos pode ser medido com a redução significativa de 64% das ações criminosas, em zonas consideradas perigosas dos 14 bairros da 9ª Cia Esp onde o projeto foi implantado. "O mais importante desse tipo de trabalho é que os moradores atuam em parceria com a Polícia Militar", observa o Capitão. Ele informa ainda que, em Minas, mais de mil bairros já adotaram o Rede de Vizinhos.

³¹ Segundo o ICV (indicador de criminalidade violenta) apurado pela Fundação João Pinheiro, em Minas Gerais, houve uma queda de 21,51% da criminalidade violenta de 2008 em comparação com o primeiro trimestre de 2009. Em Belo Horizonte, os três indicadores trabalhados – Crimes Violentos, Homicídios e Roubos – apresentaram redução significativa nas taxas médias trimestrais. Em relação aos Crimes Violentos, a queda foi de 23,89% passando de um patamar de 87,48 ocorrências por 100 mil habitantes no primeiro trimestre de 2008 para 66,58 ocorrências por 100 mil habitantes no primeiro trimestre de 2009. Na comparação entre os primeiros trimestres de 2009 e 2007, a redução foi da ordem de 30,51%, uma vez que o patamar médio nos três primeiros meses de 2007 foi de 95,81 ocorrências por grupo de 100 mil habitantes. No que se refere aos Homicídios, o município deixou o patamar de 3,18 ocorrências por grupo de 100 mil habitantes, verificado no primeiro trimestre de 2008, para o nível de 2,38 ocorrências por 100 mil habitantes, na média dos três primeiros meses de 2009, com redução de 25,18% na taxa. A incidência de roubos em Belo Horizonte, por sua vez, foi reduzida de 79,58 ocorrências por 100 mil habitantes, na média do primeiro trimestre de 2008, para 60,95 ocorrências nos três primeiros meses de 2009, o que representa, portanto, queda da ordem de 23,41%. (SEGURANÇA..., 2008)

Entre os crimes que apresentaram redução constam assalto à mão armada a transeuntes, estabelecimentos comerciais, prédios e residências; arrombamento de veículos e furto. Moradores dos bairros Caiçara, Alto Caiçara, Adelaide, Padre Eustáquio, Carlos Prates, João Pinheiro, Dom Cabral, Coração Eucarístico, Minas Brasil, Pedro II e Vila Oeste, sob a jurisdição da 9ª Cia Esp; e os conjuntos Alípio de Melo, Celso Machado e Califórnia, além do Bairro Castelo, todos da 8ª Cia Esp, participam do projeto e elogiam a iniciativa da PM. (REDE..., 2008)

Em relação ao bairro Castelo, segundo reportagem veiculada pelo Jornal do Castelo, a redução da criminalidade foi de 40%:

Segundo o tenente coronel Cícero Nunes, a melhoria do policiamento no bairro Castelo é uma prioridade, uma vez que o bairro é novo e tem características que atraem a bandidagem. No entanto, ele ressalta que os índices de criminalidade no bairro vêm reduzindo a cada ano. Um dos motivos, segundo ele, é mobilização dos moradores e a qualidade do efetivo policial da 8ª Cia. “Os policiais dessa companhia foram premiados duas vezes. A redução da criminalidade e de roubo e furto a veículos é de 40% neste ano. Estamos em um bom momento” afirma Nunes.

O tenente coronel explica ainda que a criminalidade no bairro, assim como em outros geridos pelo 34º, está sendo monitorada e que é feita a gestão orientada do problema para detectar os pontos críticos e tentar eliminá-los. “Essas viaturas vão dar mais agilidade ao serviço e fazer com que cheguemos mais rápido às ocorrências”, avalia Nunes. (PM..., 2008)

Cumprе ressaltar que, embora estes sejam dados, na sua maioria, de 2008, estes são os dados mais atuais, pois são os últimos colhidos e divulgados por estas fontes.

Para além dos dados estatísticos demonstrados, cumprе analisar as reportagens colhidas: quando perguntados se notaram a redução da criminalidade após a implantação da Rede de Vizinhos, a resposta, quase que unânime, foi afirmativa na Rede do Padre Eustáquio, sendo que somente a diretora da Escola Estadual Padre Eustáquio respondeu não ter condições de avaliar. Em relação à Rede do Castelo, duas das pessoas entrevistadas disseram não conseguir precisar essa redução ou não possuir condições de avaliá-la.

Embora essas respostas não consigam retratar, com fidedignidade e precisão, a diminuição da criminalidade, devem ser um indício a ser considerado.

Na rede do Castelo, a liderança comunitária entrevistada disse que consegue notar esta diminuição haja vista as ocorrências da Polícia serem registradas no espaço comunitário existente na região, onde a liderança passa todo o seu dia. Corroborando com esta percepção, a diretora e sua vice da UMEI Castelo disseram que, antes, ouvia-se falar o tempo todo de roubos e assaltos e as professoras tinham medo de ficar no ponto de ônibus, o que, hoje, já não mais acontece.

Na rede do Padre Eustáquio, segundo os entrevistados, a redução da criminalidade pôde ser notada pela diminuição de roubos de carro, de abordagem aos transeuntes, bem como pela diminuição da invasão a comércios locais.

Quando perguntados sobre a eficácia da Rede, todos foram unânimes, de ambas as Redes, em afirmar que sim; com uma única ressalva: o pastor entrevistado do bairro Castelo, bem como uma moradora do mesmo bairro, disse que a eficácia depende muito do envolvimento das pessoas, do seu interesse. Neste sentido, o Pastor disse que saberia dizer de casos em que a rede foi eficaz e casos em que ela não foi.

Para os demais entrevistados, a Rede de Vizinhos é eficaz, na medida em que mostra resultados, ajuda na construção de uma segurança pública cidadã e incrementa o combate à criminalidade.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo pretendeu demonstrar o papel das relações comunitárias na redução da criminalidade. Tendo passado por teorias que definiram o que seriam as relações comunitárias, bem como o que fomenta a criminalidade e pode ajudar a recrudescê-la, optou-se por investigar o Programa Rede de Vizinhos Protegidos.

Através de um estudo do que se propõe ser o Programa, incluindo nesta pesquisa seu histórico, complementado pela análise de entrevistas e reportagens que qualificam o Programa, pode-se chegar à conclusão de que a comunidade, sem dúvida, tem um importante papel na construção de uma segurança pública cidadã. Segurança pública não se faz somente com o trabalho da Polícia. É de fundamental importância a implicação da comunidade na busca por melhores resultados dentro desta perspectiva.

A Rede de Vizinhos Protegidos é eficaz na medida em que as pessoas se impliquem nela. Com certeza, é um instrumento valioso no combate à criminalidade porque consegue monitorar o que polícia alguma vai conseguir, seja pela parca proximidade com a comunidade a ponto de conhecer sua rotina, seja pela falta de estrutura. Tanto quanto responsabilizar a polícia, a comunidade deve ser responsabilizada, pois é ela quem está na ponta de um trabalho feito em conjunto com a polícia. Enquanto a comunidade segue orientações de segurança ensinadas pela polícia, bem como aciona a mesma quando necessário, está atuando no combate à criminalidade pois, enquanto parte de uma comunidade, seus cidadãos possuem limites de intervenção que só a polícia pode e deve romper.

Na maioria das vezes, o papel da polícia aparece em segundo plano na medida em que, se não acionada, a polícia alega não ter como intervir. Ainda que, hoje, o trabalho da polícia, ao menos em uma das companhias que respondem pelas redes entrevistadas, não seja mais o de encabeçar a rede, mas, tão somente de promovê-la em espaços oportunos, a polícia poderia se apropriar mais deste papel de vanguarda. Como um dos principais instrumentos da segurança pública, a polícia é uma instituição muito legítima junto à população civil; tanto que, ouvir falar em Rede por meio de um discurso policial é, ainda, muito mais legítimo que

ouví-lo por meio de outras pessoas. Neste sentido, a polícia poderia incrementar o fomento e estímulo à criação de mais redes, promovendo-a em todas as companhias de polícia.

O Programa Rede de Vizinhos Protegidos não é ainda o que se propõe ser em grande escala. Talvez, por isso, não seja tão conhecido pela população, nem seja alvo de investimento do governo em suas propagandas sobre segurança pública. Mas é, definitivamente, uma maneira de fomentar o capital social existente nos bairros onde acontece. Muito mais que promover uma segurança pública diferenciada, promove relações humanas. E cada pessoa, na infinidade da construção das relações humanas, é muito importante no caminhar contínuo do combate à criminalidade.

Para terminar este trabalho, e como forma de homenagear o Major que idealizou o Programa, que gosta muito de histórias reflexivas sobre a condição humana, fica aqui uma mensagem usada por ele em uma de suas reuniões com a comunidade:

A Águia e a Galinha - Uma metáfora da condição humana

Era uma vez um camponês que foi a floresta vizinha apanhar um pássaro para mantê-lo em sua casa. Conseguiu pegar um filhote de águia. Colocou-o no galinheiro junto com as galinhas. Comia milho e ração própria para galinhas. Embora a águia fosse o rei/rainha de todos os pássaros.

Depois de cinco anos, este homem recebeu em sua casa a visita de um naturalista. Enquanto passeavam pelo jardim, disse o naturalista:

- Esse pássaro aí não é galinha. É uma águia.

- De fato – disse o camponês. É águia. Mas eu criei como galinha. Ela não é mas uma águia. Transformou-se em galinha como as outras, apesar das asas de quase três metros de extensão.

- Não – retrucou o naturalista. Ela é e será sempre uma águia. Pois tem um coração de águia. Este coração a fará um dia voar às alturas.

- Não, não – insistiu o camponês. Ela virou galinha e jamais voará como águia.

Então decidiram fazer uma prova. O naturalista tomou a águia, ergueu-a bem alto e desafiando-a disse:

- Já que você de fato é uma águia, já que você pertence ao céu e não a terra, então abra suas asas e voe!

A águia pousou sobre o braço estendido do naturalista. Olhava distraidamente ao redor. Viu as galinhas lá embaixo, ciscando grãos. E pulou para junto delas.

O camponês comentou:

- Eu lhe disse, ela virou uma simples galinha!

- Não – tornou a insistir o naturalista. Ela é uma águia. E uma águia será sempre uma águia. Vamos experimentar novamente amanhã.

No dia seguinte, o naturalista subiu com a águia no teto da casa. Sussurrou-lhe:

- Águia, já que você é uma águia, abra as suas asas e voe!

Mas quando a águia viu lá embaixo as galinhas, ciscando o chão, pulou e foi para junto delas.

O camponês sorriu e voltou à carga:

- Eu lhe havia dito, ela virou galinha!

- Não – respondeu firmemente o naturalista. Ela é águia, possuirá sempre um coração de águia. Vamos experimentar ainda uma última vez. Amanhã a farei voar.

No dia seguinte, o naturalista e o camponês levantaram bem cedo. Pegaram a águia, levaram para fora da cidade, longe das casas dos homens, no alto de uma montanha. O sol nascente dourava os picos das montanhas. O naturalista ergueu a

águia para o alto e ordenou-lhe:
- Águia, já que você é uma águia, já que você pertence ao céu e não à terra,
abra suas asas e voe!

A águia olhou ao redor. Tremia como se experimentasse nova [vida](#). Mas não voou. Então o naturalista segurou-a firmemente, bem na direção do sol, para que seus olhos pudessem encher-se da claridade solar e da vastidão do horizonte. Nesse momento, ela abriu suas potentes asas, grasnou com o típico *kau-kau* das águias e ergue-se, soberana, sobre se mesma. E começou a voar, a voar para o alto, a voar cada vez mais para o alto. Voou... voou... até confundir-se com o azul do firmamento...

E Aggrey terminou conclamando:

- Irmãos e irmãs, meus compatriotas! Nós fomos criados à imagem e semelhança de Deus! Mas houve [pessoas](#) que nos fizeram [pensar](#) como galinhas. E muitos de nós ainda acham que somos efetivamente galinhas. Mas nós somos águias. Por isso, companheiros e companheiras, abramos as asas e voemos . Voemos como as águias. Jamais nos contentemos com os grãos que nos jogarem aos pés para ciscar. (Leonardo Boff)

REFERÊNCIAS

BATELLA, Wagner Barbosa. **Análise espacial dos condicionantes da criminalidade violenta no Estado de Minas Gerais – 2005**: Contribuições da Geografia do Crime. 2008. 142f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, PUC MG, Belo Horizonte.

BOFF, Leonardo. A águia e a galinha. Disponível em <http://www.meu.cantinho.nom.br/mensagens/a_aguia.asp> Acesso em 05 mar. 2010.

CORTELLA, Mario Sérgio. **Não nascemos prontos! Provocações filosóficas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

DINIZ, A. M. A. A geografia do medo, reflexões sobre o sentimento de insegurança em Belo Horizonte. **O Alferes**, Belo Horizonte, v. 18, p.119-133, 2003.

FAGUNDES, Idzel Mafra. Projeto Segurança Solidária. Projeto de Policiamento Comunitário desenvolvido pela Polícia Militar de Minas Gerais – 34º BPM/ 9ª Cia. Esp. com a Comunidade dos bairros sob a responsabilidade territorial da Cia. Belo Horizonte, 2005.

FAGUNDES, I. M. **Idzel Mafra Fagundes**: depoimento [31 jul. 2009]. Entrevistadora: Corinne Julie Ribeiro Lopes. Belo Horizonte: AISP, 2009. 2 fitas cassete (60 min.) estéreo.

FERNANDES, Florestan. **Comunidade e sociedade no Brasil**: leituras básicas de introdução ao estudo macro-sociológico do Brasil. São Paulo: Editora da USP, 1972.

FERREIRA, Francisco. **Teoria social da comunidade**. São Paulo: Herder, 1968.

GOMES. Candido Alberto. Relacionamento escola-comunidade: condições de êxito. **La Educación – Revista Interamericana de Desarrollo Educativo**, Washington, D.C., v.29, n.97, p.77-90, jan./abr. 1985.

GOMES, Filipe Galgani. **Capital social e desenvolvimento social**: experiências latino-americanas. 2005. 96f. Monografia (conclusão do curso) - Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho da Fundação João Pinheiro, Habilitação em Administração Pública, Belo Horizonte.

GOUREVITCH, Philip. **Gostaríamos de informá-lo de que amanhã seremos mortos com nossas famílias. Histórias de Ruanda**. Tradução José Geraldo Couto. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

HEMERSON, L. Rede de Vizinhos expulsa bandidos. **Estado de Minas**, Belo Horizonte. Disponível em: <http://noticias.vrum.com.br/imoveis/template_interna_noticias.id_noticias=34142&id_sessoes=18/template_capa_imoveis.shtml>. Acesso em: 01 mar. 2010.

HENRIQUES, Márcio Simeones. Desafios à comunicação organizacional frente a uma filosofia de polícia comunitária. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE COMUNICAÇÃO, 9, Rio Grande do Sul. **Trabalho submetido ao GT Comunicação Organizacional**. Rio Grande do Sul: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2007. p.3.

JACOBS, Jane. **Morte e Vida de Grandes Cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

JUNIOR, Jesus Cássio de Abreu. Rede de Vizinhos Protegidos. **Fórum Brasileiro de Segurança Pública**, Manhauçu, 26 dez. 2007. Disponível em: <<http://www.forumseguranca.org.br/praticas/rede-de-vizinhos-protegidos>> Acesso em: 01 mar. 2010

LACERDA, Mariana. Espaço aberto. **Vida Simples**, São Paulo, ed.66, p.52-57, maio 2008.

LEITÃO, Lúcia (Org.). **As praças que a gente tem, as praças que a gente quer**: manual de procedimentos para intervenção em praças. Recife: Prefeitura da Cidade do Recife, 2002.

LEME, Sueli M. **Subsídios metodológicos para a elaboração de trabalhos acadêmicos (compilação)**. Apostila de métodos e técnicas de pesquisa. Piracicaba, 1998.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, n.5. p.44-45, 2003.

MARINHO, Frederico Couto. **Um mapa das posições teóricas e metodológicas sobre violência e criminalidade no contexto brasileiro**. Apostila do CRISP – capacitação. Belo Horizonte, 2009.

MACIVER, R.M; PAGE, Charles H. Comunidade e sociedade como níveis de organização da vida social. In: FERNANDES, Florestan (Org.). **Comunidade e sociedade**: leituras sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação. São Paulo: EDUSP, 1973. p.117-139.

NASCIMENTO, Luís Felipe Zilli do. **Violência e criminalidade em vilas e favelas dos grandes centros urbanos**: um estudo de caso da Pedreira Prado Lopes. 2004. 233f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, Belo Horizonte.

O APITAÇO pelo fim da violência. Disponível em: <http://www.articulacaodemulheres.org.br/amb/adm/uploads/anexos/O_apitaco_pelo_fim_da_violencia.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2009.

PEIXOTO, Eliza. Vizinhos, sim, e amigos também. **Revista Encontro**, Belo Horizonte, 2009. Disponível em: <<http://www.revistaencontro.com.br/edicao/101/vizinhos-sim-e-amigos-tambem>> Acesso em: 11 fev. 2010.

PM ganha 11 viaturas para atuar no Castelo. **Jornal do Castelo**, Belo Horizonte, maio 2008. Disponível em: <[http://www.clickcastelo.com.br/site/\(0str2nyjg2ikyxyzusmwn1pz5\)/site/indexInst.aspx?acao=prod&id=86751&usuid=5687&conteudo=-%20Vizinhos%20Protegidos](http://www.clickcastelo.com.br/site/(0str2nyjg2ikyxyzusmwn1pz5)/site/indexInst.aspx?acao=prod&id=86751&usuid=5687&conteudo=-%20Vizinhos%20Protegidos)> Acesso em 01 mar. 2010.

POLÍCIA MILITAR (MG). **Criação de ambientes seguros** (Rede de Vizinhos Protegidos). Belo Horizonte, 2008. 66p.

PUTNAM, Robert D. **Comunidade e democracia**: a experiência da Itália Moderna. 3 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

REDE de Vizinhos Protegidos reduz criminalidade. Belo Horizonte, 13 out. 2008. Disponível em: <<https://www.policiamilitar.mg.gov.br/portal-pm/conteudo.action?conteudo=682&tipoConteudo=noticia>> Acesso em 01 mar. 2010.

REUTERS. Sensação de insegurança no Brasil é a maior do mundo, diz ONU. **O Globo**, Rio de Janeiro, 01 out. 2007. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/pais/mat/2007/10/01/297954994.asp>> Acesso em: 17 jan 2010.

RIGI, Camila. Sensação de segurança não é proporcional à redução da criminalidade em MG. **R7 Notícias**, Rio de Janeiro, 23 nov. 2009. Disponível em: <<http://noticias.r7.com/rio-e-cidades/noticias/sensacao-de-seguranca-nao-e-proporcional-a-reducao-da-criminalidade-em-mg-diz-secretario-20091123.html>> Acesso em 01 mar. 2010.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do contrato social**. Tradução Rolando Roque da Silva. Ed. eletrônica. Ridendo Castigat Mores. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cv00014a.pdf>>. Acesso em: 03 nov. 2009.

SEGURANÇA pública em pauta. **Conexão Notícias**, Belo Horizonte, ago./set. 2008. Disponível em: <<http://www.conexaonot.dominiotemporario.com/conexao5.pdf>> Acesso em 01 mar. 2010.

SENTO-SÉ, João Trajano (org). **Prevenção da violência**: o papel das cidades. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SILVA, Maria Nadurce da. **Escola e comunidade juntas contra a violência escolar**: diagnóstico e esboço de plano de intervenção. 2004. 182 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Católica de Brasília, Brasília.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: Difel, 1980.

ANEXOS

ANEXO A – Modelo de Faixa de Rua



- 1 - Polícia Militar e Comunidade, esta União **DÁ** certo!
- 2 - Um por todos e, **TODOS** pela segurança!
- 3 - Vizinhos amigos **SÃO** Vizinhos protegidos!
- 4 - Nenhum de nós é tão forte quanto **TODOS NÓS JUNTOS!**
- 5 - A Solidariedade faz a **UNIÃO**, juntos seremos **FORTES!**
- 6 - Um bairro seguro e em Paz, só **DEPENDE DE NÓS!**

7 - A Polícia Militar não faz mágicas, mas **JUNTO COM A COMUNIDADE**, faremos um lugar muito melhor para vivermos!

ANEXO B – Modelo de Convite – Alto dos Pinheiros



CONVITE



O Maj Fagundes, Comandante da 9ª Cia Esp da PMMG, responsável pela segurança da região, convida a toda a comunidade para uma reunião a ser realizada na rua Conceição Veloso nº 578, Alto dos Pinheiros, no **Asilo Santa Rita de Cássia em 12 de Setembro de 2005 às 19:00h.**

Na reunião, será proposta a implantação da Rede de Vizinhos Protegidos e o Projeto Bairro Seguro.

“ A solidariedade faz a União, juntos seremos fortes!”

“Um bairro seguro e em paz, só depende de nós!”

ANEXO C – Foto da placa que os vizinhos afixam nas residências após a implantação do projeto



ANEXO D – Fotos de palestras realizadas sobre a Rede de Vizinhos Protegidos nas Paróquias da Região do CONSEP 8

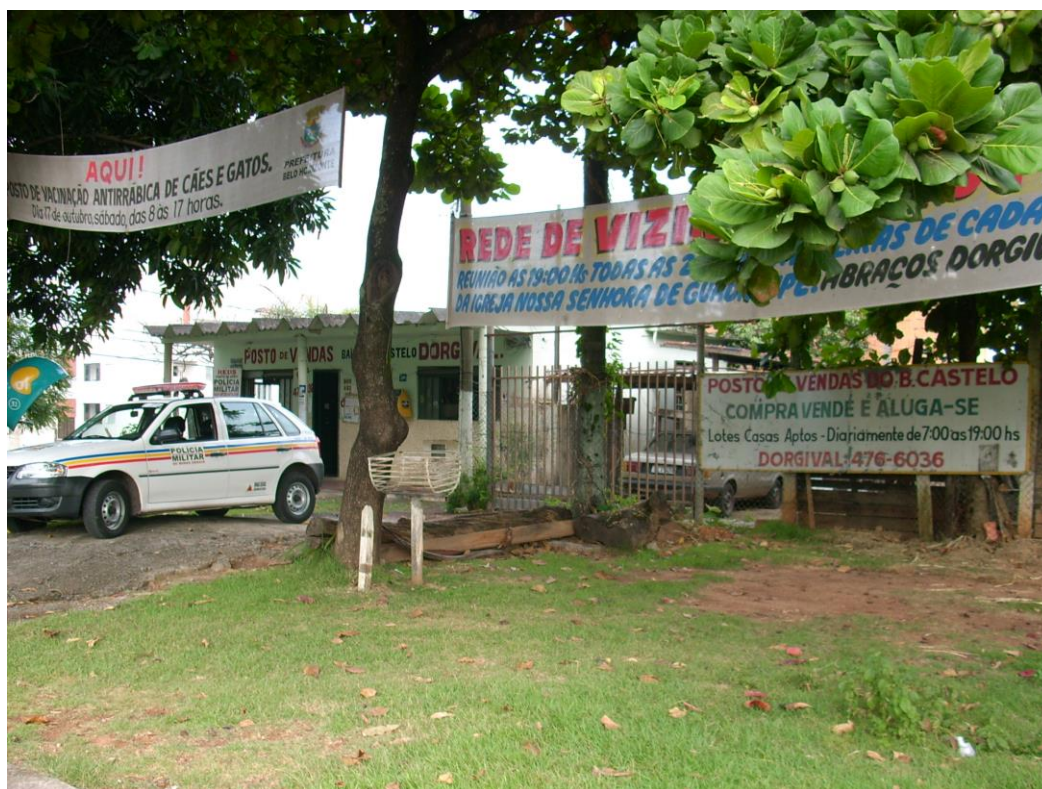




ANEXO E – Fotos de residências que aderiram ao projeto



ANEXO F – Fotos de divulgação da Rede de Vizinhos Protegidos



ANEXO G – Outras reportagens sobre a Rede de Vizinhos Protegidos